AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 440/2017/SUPEL/RO**

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeado por força das disposições contidas na **Portaria Nº 036/GAB/SUPEL, de 06 de Setembro de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia do dia 12 de setembro de 2017**, torna pública que se encontra autorizada, a realização da licitação na modalidade **PREGÃO,** na forma **ELETRÔNICA,** sob o nº. **440/2017/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE,**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02, com o Decreto Estadual nº. 18.340/13 com alterações através do Decreto Estadual nº 21.587 de 25/01/17, com o Decreto Estadual nº. 12.205/06, com a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, a qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão, **com a Lei 2.414 de 18 de fevereiro de 2011**, e ainda, com o Decreto Estadual 21.675/2017, art. 4º e legislações vigentes, tendo como interessado o **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - DER/RO.**

**Processo Administrativo: Nº. 0009.002063/2017-77/DER/RO**

**Objeto: Registro de Preços para futuras e eventual aquisição com instalação de equipamentos (material permanente) do Sistema de Vídeo monitoramento para o Espaço Alternativo do município de PORTO VELHO/RO.**

**Projeto/Atividade: 04.122.1015.2087 Fonte de Recurso: 100 e 3240 Elementos de Despesa: 44.90.52 e 33.90.39;**

**Valor Estimado**: **R$ 313.097,25 (Trezentos e treze mil, noventa e sete reais e vinte e cinco centavos).**

**Data De Abertura**: **13 de novembro de 2017, às 10h00min.** (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

**Endereço Eletrônico**: [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.licitacoes-e.com.br)

CÓDIGO DA UASG: **925373**

**LOCAL:** O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro e equipe de apoio.

**EDITAL:** O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado, e, ainda, no site [**www.rondonia.ro.gov.br/supel**](http://www.supel.ro.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame, serão prestados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, na Superintendência Estadual de Compras e Licitações, sito a **Av. Farquar, S/N - Bairro: Pedrinhas - Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2ºAndar em Porto Velho/RO - CEP: 76.801- 470, Telefone: (0XX) 69.3216-5318**.

**DA RETIRADA**: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

**Porto Velho/RO, 25 de outubro de 2017.**

**VALDENIR GONÇALVES JÚNIOR**

**Pregoeiro da Equipe ZETA/SUPEL/RO**

### Mat.300055985

### PREGÃO ELETRÔNICO

## N°. 440/2017/SUPEL/RO

# S

# U

# P

# E

# L

# 

|  |
| --- |
| **AVISO**  Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.  **Dúvidas: (69) 3216 – 5318** |

EDITAL DE LICITAÇAO

# PREGÃO ELETRÔNICO N°. 440/2017/SUPEL/RO

**1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**1.1. PREÂMBULO:**

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeado por força das disposições contidas **Portaria Nº 018/GAB/SUPEL/RO de 01 de Junho de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia do dia 02 de junho de 2017**, torna pública que se encontra autorizada, a realização da licitação na modalidade **PREGÃO,** na forma **ELETRÔNICA,** sob o nº. **440/2017/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02, com o Decreto Estadual nº. 18.340/13 com alterações através do Decreto Estadual nº 21.587 de 25/01/17, com o Decreto Estadual nº. 12.205/06, com a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, a qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão, **com a Lei 2414 de 18 de fevereiro de 2011**, e ainda, com o Decreto Estadual 21.675/2017, art. 4º e legislações vigentes, tendo como interessado o **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - DER/RO.**

1.1.1. A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico;

1.1.2. **O exame criterioso dos instrumentos convocatórios é de responsabilidade dos licitantes, sendo inadmissível qualquer alegação de desconhecimento das regras editalícias;**

1.1.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.licitacoes-e.com.br)**;**

1.1.4. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

DATA DE ABERTURA: **13 de novembro de 2017 às 10h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.licitacoes-e.com.br)

1.1.4.1. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do Pregoeiro aos licitantes;

**1.1.4.2. Os horários mencionados para a Sessão Pública referem-se ao horário oficial de Brasília - DF.**

**1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:**

1.2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do Processo Administrativo N**. 0009.002063/2017-77/DER/RO**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

**2 – DO OBJETO, DO LOCAL DE ENTREGA OU EXECUÇÃO, DO PRAZO DE ENTREGA OU EXECUÇÃO, DO LOCAL E UTILIZAÇÃO, DO TESTE E ANÁLISE DA SOLUÇÃO OFERTADA, DA INSTALAÇÕES DO FORNECEDOR, DO TREINAMENTO, DA AQUISIÇÃO IMEDIATA, DA GARANTIA TÉCNICA, DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:**

**2.1. DO OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventual aquisição com instalação de equipamentos (material permanente) do Sistema de Vídeo monitoramento para o Espaço Alternativo do município de PORTO VELHO/RO.**

2.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – COMPRASNET/CATMAT, e as especificações constantes nos **item 9 do ANEXO I – Termo de Referência** deste Edital, prevalecerão às últimas;

2.2. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/INSTALAÇÃO, DA ENTREGA, DO LOCAL/HORARIO, DO PRAZO/CRONOGRAMA DE ENTREGA, DO LOCAL DE UTILIZAÇÃO/DESTINAÇÃO DO BEM, DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO, DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, e demais obrigações, ficam aqueles estabelecidos no Anexo I – Termo de Referência.

2.2.1. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/INSTALAÇÃO: Ficam aqueles estabelecidos no item 10 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.2.2. DA ENTREGA: Ficam aqueles estabelecidos no item 11 do Anexo I – Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.2.3. DO LOCAL/HORÁRIO: Ficam aqueles estabelecidos no item 11.1 do Anexo I – Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.2.4. DO PRAZO/CRONOGRAMA DE ENTREGA: Ficam aqueles estabelecidos no item 11.2 do Anexo I – Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

* 1. **DO LOCAL DE UTILIZAÇÃO/ DESTINAÇÃO DO BEM:** Ficam aqueles estabelecidos **no item 12 do Anexo I – Termo de Referência,** o qual foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** Será **de** **12 (doze) meses,** contados a partir da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado.

**2.4.1. Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal 8.666/93.**

**2.5. DAS CONDIÇÕES/RECEBIMENTO:** Ficam aqueles estabelecidos **no item 13 Anexo I – Termo de Referência**, o qual foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Até 02 (dois) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer cidadão e licitante poderá IMPUGNAR o instrumento convocatório deste PREGÃO ELETRÔNICO, conforme art. 18 § 1º e § 2º do decreto Estadual nº 12.205/06, devendo o licitante mencionar o número do pregão, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se PREFERENCIALMENTE, durante o horário de expediente do Governo do Estado de Rondônia das 07h30min às 13h30min via e-mail: [zetasupelro@hotmail.com](mailto:cplsupel@hotmail.com) (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo Pregoeiro e equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (0XX) 69.3216-5318), ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência, no horário das 07h:30min. às 13h:30min., de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, S/N - Bairro: Pedrinhas - Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2ºAndar em Porto Velho/RO - CEP: 76.801- 470, Telefone: (0XX) 69.3216-5318.

3.1.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliada pela equipe de apoio, **decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.**

3.1.2. A decisão do Pregoeiro quanto à impugnação será informado preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

3.1.3. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

3.1.3.1. Até a data definida para a sessão inaugural, o licitante que não obtiver resposta da impugnação protocolada, o Pregoeiro antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

4 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E INFORMAÇÕES ADICIONAIS QUE DEVERÃO SER INCONDICIONALMENTE OBSERVADOS.

4.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos, e as informações adicionais que se fizerem necessárias à elaboração das propostas, referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, conforme art. 19 do decreto Estadual n.º 12.205/06, manifestando-se SOMENTE via e-mail [zetasupelro@hotmail.com](mailto:cplsupel@hotmail.com), durante o horário de expediente do Governo do Estado de Rondônia das 07h30min às 13h30min, (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo Pregoeiro e equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (0XX) 69.3216-5318), ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência, no horário das 07h:30min. às 13h:30min. (Horário de Rondônia), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, S/N - Bairro: Pedrinhas - Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2ºAndar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801- 470, Telefone: (0XX) 69.3216-5318, devendo o licitante mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório

**4.1.1.** Até a data definida para a sessão inaugural, o licitante que não obtiver resposta do esclarecimento protocolado, o Pregoeiro antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

4.2. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão publicadas nos mesmos meios que o inicial, em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, às licitantes que tenham adquirido o Edital.

**4.2.1.** **ADENDO MODIFICADOR** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que impliquem em alteração na formulação das propostas, sendo neste caso, publicado Adendo Modificador, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, conforme determina o art. 20, do Decreto Estadual nº 12.205/06.

* + 1. **NOTA DE ESCLARECIMENTO** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que não causem alteração na formulação das propostas;
    2. **ERRATA** é o documento emitido pela Administração Pública, podendo implicar ou não na formulação das propostas, podendo ou não reabrir o prazo inicialmente estabelecido.
    3. **AVISO DE REABERTURA** é o documento emitido pela Administração Pública, podendo ou não reabrir o prazo inicialmente.
    4. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro **preferencialmente via e-mail (aquele informado na petição)**, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

**5 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**5.1**. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

**5.1.1.** Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).**

**5.2. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).**

**5.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.**

**5.3. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO às empresas que:**

**5.3.1.** Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à **documentação exigida para habilitação**, e estiverem devidamente credenciados na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do site [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br);

**5.3.2.** Poderão participar desta Licitação, somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação;

**5.3.3.** Poderão participar cooperativas e outras formas de associativismo, desde que, dependendo da natureza do serviço, não haja, quando da execução contratual, a caracterização do vínculo empregatício entre os executores diretos dos serviços (cooperados) e a pessoa jurídica da cooperativa ou a própria Administração Pública.

**5.4. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:**

**5.4.1.** Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

**5.4.2.** Sob a forma de consórcio, sendo que, neste caso, **a união de esforços se faz necessária, apenas na questão de alta complexibilidade e de relevante vulto, que impeçam a participação isoladas de empresas, o que não é o caso do objeto em questão. A formação de Consórcios nesta licitação poderá ensejar na redução do caráter competitivo do certame, visto que, trata-se de fornecimento de bem comum**;

**5.4.3.** Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

**5.4.4.** Estrangeiras que não funcionem no País.

**5.5. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:**

**5.5.1.** Servidor de qualquer Órgão ou Entidade vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

**5.5.2.** É vedada a participação de servidor público na qualidade de diretor ou integrante de conselho da empresa licitante, bem como procurador/representante da empresa, em conformidade com o artigo 12 da Constituição Estadual c/c artigo 155 da Lei Complementar 68/92.

**6 – DA PARTICIPAÇÃO**

**6.1.** A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

**6.2.** Uma Licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma Licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela Entidade de Licitação.

**6.2.1.** Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

**7 – DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO**

**7.1.** As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

**7.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br)**.**

**7.3.** O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

###### **7.4.** O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou da **Superintendência** **Estadual de Compras e Licitações - SUPEL,** promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

**7.5.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

**7.6.** Como requisito para participação deste Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta encontra-se em conformidade com as exigências previstas neste Edital, ressalvados os casos de participação de microempresa e de empresa de pequeno porte, no que concerne a regularidade fiscal.

**7.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.**

**8 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**8.1.** O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO LOTE,** observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

9 – DO REGISTRO (INSERÇÃO) DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da Licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços **COM MENOR VALOR TOTAL LOTE,** a partir da data da liberação do Edital no site [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br) até o horário limite de da Sessão Pública, ou seja, **até as 09h59min do dia 13 de novembro de 2017** , horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento da proposta de preços. Durante este período a Licitante poderá incluir ou excluir proposta de preços.

**9.1.1.** O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, se for o caso (inc. III, Art. 13, Decreto nº. 12.205/2006), bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inc. IV, Art 13, Decreto nº. 12.205/2006).

**9.2.** Após a divulgação do edital no endereço eletrônico [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br)**,** os licitantes deverão **REGISTRAR** suas propostas de preços, **CONFORME DESCRIÇÃO DO OBJETO NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**, no campo DESCRIÇÃO COMPLETA do sistema comprasnet, **(SENDO VEDADA À OMISSÃO OU O USO DE EXPRESSÕES COMO: “REFERÊNCIA”, “SIMILAR”, “CONFORME NOSSA DISPONIBILIDADE DE ESTOQUE”, “SOB CONSULTA” E “CONFORME EDITAL”),** incluindo **marca, modelo, quantidade e o preço (conforme solicita o sistema comprasnet),** até a data e hora marcada para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de proposta, sob pena de **DESCLASSIFICAÇÃO** de sua proposta;

**9.2.1.** As propostas registradas no Sistema **COMPRASNET** **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será **DESCLASSIFICADA** pelo Pregoeiro.

**9.2.1.1 Caso seja identificado pelo Pregoeiro qualquer menção de marca, que leve a IDENTIFICAÇÃO da proponente, a proposta poderá ser DESCLASSIFICADA antes ou posterior à fase de lances.**

**9.2.2** **A condição citada no item 9.2 caberá apenas para fins de inserção da proposta eletrônica no sistema COMPRASNET, no qual deverá constar OBRIGATORIAMENTE a descrição do serviço/ produto**. **A utilização dos termos na proposta física, caso convocado pelo Pregoeiro, não acarretará na DESCLASSIFICAÇÃO da licitante.**

**9.3.** A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

**9.4.** Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

**9.5.** O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas **no COMPRASNET e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)**, prevalecerão às últimas.

**10 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E CONVOCAÇÃO DE LANCE DAS ME/EPP.**

10.1. A partir das 10h00min do dia 13 de novembro de 2017, e de conformidade com o estabelecido neste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas NO ITEM 9.2 DO EDITAL.

**10.1.1**. O Pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente a proposta ofertada que se encontra inserido no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos **(podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente),** DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis**.**

**10.2.** **Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestamente inexequível, o Pregoeiro deverá justificar, através do sistema, e então DESCLASSIFICÁ-LA.**

**10.2.1.** O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta **manifestamente inexequível, não demonstre por intermédio de documentos a exequibilidade de sua proposta na fase de aceitação, terá sua proposta DESCLASSIFICADA.**

**10.3. A proposta de preços será considerada manifestamente inexequível, conforme previsto no art. 48, inciso II, da Lei 8.666/93.**

**10.4.** As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem **DESCLASSIFICADAS** do certame pelo Pregoeiro.

10.5. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), conforme Edital.

**10.6.** Todas as licitantes poderão apresentar lances para o **ITEM** cotado (quando houver), exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**10.6.1**. Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo **MENOR VALOR TOTAL LOTE (conforme solicita o sistema Comprasnet).**

**10.7.** A abertura e o fechamento da fase de lances “via Internet” será feita pelo Pregoeiro, a qual é responsável somente pelo prazo iminente, sendo o Sistema Comprasnet, responsável pelo fechamento do prazo aleatório.

**10.8.** As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

**10.9.** A licitante somente poderá oferecer lances inferiores ao último por ele ofertado e registrado no sistema;

**10.10.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

**10.11.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

**10.12.** Sendo efetuado lance **manifestamente inexequível**, o Pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, ou ainda, o excluindo, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

**10.12.1.** A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **ITEM**;

**10.12.2.** O proponente que encaminhar o lance com valor **manifestamente inexequível** durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta **DESCLASSIFICADA** na fase de aceitabilidade;

**10.13.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

**10.13.1.** O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

**10.13.2.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br)**.**

**10.14.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances de **01 (um) a 60 (sessenta) minutos**, determinado pelo Pregoeiro, de acordo com a comunicação às licitantes, emitido pelo próprio Sistema Eletrônico. Decorrido o tempo de iminência, o item entrará no horário de encerramento aleatório do sistema, **no prazo máximo de** até **30 (trinta) minutos**, **CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRASNET**, findo o qual o item estará automaticamente encerrado, não sendo mais possível reabri-lo;

**10.14.1.** Caso o Sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o Pregoeiro se responsabilizará pelo aviso de encerramento às Licitantes observados o mesmo tempo de **01 (um) a 60 (sessenta)** **minutos.**

**10.15.** Incumbirá a licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

10.16. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

10.17. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro verificará se há empate entre as licitantes que declararam em campo próprio do sistema, que se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, e as demais licitantes, conforme determina o Decreto Estadual 21.675/2017, art. 4º, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRASNET;

**10.18. FICA ASSEGURADO, COMO CRITÉRIO DE DESEMPATE, PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO DECRETO ESTADUAL 21.675/2017, ART. 4º, O QUAL OCORRERÁ DE FORMA AUTOMÁTICA PELO SISTEMA;**

**10.19.** Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

**10.20**. Para efeito do disposto **no item 10.17**, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**10.20.1.** A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada como menor lance, situação em que será declarada vencedora da etapa de lances;

**10.20.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do item 10.18, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;**

**10.20.3.** Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

**10.20.4.** O disposto **no item 10.17** somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

**10.20.5**. Ocorrendo a situação prevista **no item 10.20.1**, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena preclusão.

**11 – DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

**11.1.** Após finalização dos lances HAVERÁ negociações e atualizações dos preços através do CHAT MENSAGEM do sistema comprasnet, devendo o Pregoeiro examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, **apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SUPEL/RO, bem como, se o valor unitário e total encontram-se com no máximo 02 (duas) casas decimais;**

**11.1.1.** **A entidade licitante não aceitará e não adjudicará** o item cujo preço seja superior ao estimado para a contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SUPEL/RO**, conforme previsto no art. 48, inciso II, da Lei 8.666/93.**

**11.1.2.** **Caso a licitante não negocie o valor proposto, através do CHAT MENSAGEM, no prazo de 05’ (cinco minutos), o Pregoeiro deverá desclassificar a licitante no item, cujo preço seja superior ao estimado para a contratação, valores apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SUPEL/RO.**

**11.1.3. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, desconsiderará as frações de centavos, Ex: 0,0123, será considerado 0,01. Assim, O VALOR TOTAL OFERTADO PARA O ITEM NA FASE DE LANCES SERÁ ATUALIZADO AUTOMATICAMENTE E ACEITO PELO PREGOEIRO, que informará a atualização no CHAT MENSAGEM.**

**12 – DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**12.1.** Cumpridas as etapas anteriores, o Pregoeiro verificará a aceitação da licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

12.1.1. Toda e qualquer informação, referente ao certame licitatório, será transmitida pelo Pregoeiro, através do CHAT MENSAGEM;

**12.2.** Se a proposta de preços não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;

**12.3.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

**12.4.** O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério estabelecido no **ITEM 8.1** do edital de licitação;

**12.5.** Após a fase de lances o Pregoeiro efetuará a **ACEITAÇÃO do item**, **de acordo com os lances ofertados, negociados e atualizados;**

**12.5.1. Para ACEITAÇÃO do valor de menor lance, o Pregoeiro e equipe de apoio analisará a conformidade do objeto proposto com o solicitado no Edital, através da marca e fabricante ofertado;**

**12.5.1.1. Caso haja dúvida na marca e no fabricante do objeto ofertado, o Pregoeiro, antes da aceitação do item convocará as licitantes que estejam dentro do valor estimado para contratação, para enviar a PROPOSTA DE PREÇOS BEM COMO, PROSPECTOS/FOLDERS/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA, com o item devidamente atualizado do lance ofertado e ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, ANEXANDO NO SISTEMA COMPRASNET, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS E DO PRAZO ESTIPULADO;**

**12.5.1.2. Somente será considerado prospecto, manual e /ou catálogo onde o Pregoeiro possa comprovar a veracidade das informações.**

**12.5.2. Caso a licitante de menor lance seja desclassificada, será convocada as licitantes na ordem de classificação de lance.**

**12.6. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS, SOLICITADA VIA CHAT, SÓ SERÁ ACEITA AQUELA ANEXADA CORRETAMENTE COMPACTADO EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO NO SISTEMA COMPRASNET, CUMPRINDO A SUPEL RIGOROSAMENTE O ART. 7º DA LEI Nº. 10.520/02.**

**12.6.1. O PREGOEIRO CONVOCARÁ SOMENTE 01 (UM) ÚNICO ITEM PARA ANEXO DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA COMPRASNET, ONDE TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.**

12.6.2. Toda e qualquer informação, referente a convocação do anexo será transmitida pelo Pregoeiro, através do CHAT MENSAGEM, ficando os licitantes obrigados a acessá-lo;

12.6.3. O pregoeiro dentro do tempo REMANESCENTE oportunizará às empresas, caso julgue necessário, eventuais correções e ou complementações de informações da proposta quando solicitada.

12.6.3.1 A situação de que trata o subitem 12.6.3 também caberá para envio e/ou reenvio dos folders/prospectos/catálogos de que trata o subitem 12.5.3.1

**12.7.** Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda a todos os termos do Edital e seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, e atualizado;

**12.8.** Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este Edital.

**12.9.** Na situação em que houver oferta ou lance considerado qualificado para a classificação, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido um preço melhor.

**12.10.** A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior a sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará às licitantes através do sistema eletrônico, via CHAT MENSAGEM;

**12.11.** O Pregoeiro poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta diretamente a licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido um preço justo, bem assim decidir sobre a sua aceitação, divulgando **ACEITO,** e passando para a fase de habilitação;

12.11.1. A aceitação da licitante ocorrerá após o término do prazo máximo, proposto no item 12.5.1.1 deste referido edital.

**12.12. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais depois de encerrada a etapa de lances.**

**12.13.** Para efeito do disposto no item **12.12.**, ocorrendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**12.13.1. No caso de equivalência dos valores apresentados por ME/EPP será concedida prioridade de contração de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos do Art. 9º, do Decreto Estadual nº 21.675/2017/RO.**

**12.13.2. A ME/EPP local ou regional que se enquadrar no subitem 12.13.1 será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 10 (dez) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.**

**12.13.3. Na hipótese da ME/EPP sediada local ou regionalmente não apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do subitem 12.13.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;**

**12.13.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.**

**13 – DA CORREÇÃO ADMISSÍVEL**

**13.1. Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo as seguintes disposições:**

**13.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;**

13.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o Pregoeiro procederá a correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

14 – DA HABILITAÇÃO DA(S) LICITANTE(S)

14.1. Concluída a fase de ACEITAÇÃO, ocorrerá a habilitação da(s) licitantes(s);

14.1.1. Toda e qualquer informação, referente ao certame licitatório, será transmitida pelo Pregoeiro, através do CHAT MENSAGEM;

**14.2.** A Documentação de habilitação da licitante poderá ser substituída pelo CERTIFICADO DE CADASTRO DA SUPEL, ou ainda, pelo SICAF, **NOS DOCUMENTOS POR ELES ABRANGIDOS;**

**14.2.1.** O licitante que não possuir o cadastro nesta Superintendência poderá providenciá-lo até antes da data de abertura da sessão, no Setor de Protocolo da Supel, podendo obter informações por meio do telefone (69) 3216-5144.

**14.2.2.** **O Pregoeiro realizará consulta nos sites oficiais do governo tais como, Portal da Transparência do Estado de Rondônia (CAGEFIMP) e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) das empresas declaradas vencedoras antes da adjudicação, a fim de evitar a contratação de empresas que tenham sido proibidas de licitar e contratar com a Administração Pública. Com base na determinação do TCE/RO, Decisão Monocrática nº 119/2014/GCVCS/TCE/RO, com vistas a não adjudicar e homologar certames a empresas inidôneas, sob penas de incidirem das disposições e penalidades prevista no art. 55, IV, da Lei Complementar nº 154/96.**

**14.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO A SER SUBSTITUÍDA PELO CADASTRO DA SUPEL E DO SICAF SÃO AQUELAS ABAIXO RELACIONADAS, exceto atestados de capacidade técnica e Balanço Patrimonial:**

**14.3.1. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1. **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social**, **em vigor**, **devidamente registrado na Junta Comercial**, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, **para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação**;
2. **Declaração de que se compromete a informar a SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO de sua habilitação, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei 8666/93, observadas as penalidades cabíveis.**
3. **Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, na forma do art. 27, inciso V, da Lei 8666/93, com a redação dada pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999.**

**Obs.: As DECLARAÇÕES, exigidas nas alíneas “b” e “c”, deverão ser preenchidas junto ao sistema Comprasnet no momento do cadastramento da Proposta de Preços, onde será consultada e anexada aos autos.**

**14.3.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:**

1. **Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal,** se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
2. **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional)**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
3. **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

c1) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto. O licitante deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

1. **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
2. **Certidão de Regularidade do FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
3. **Certidão de Regularidade de Débito - CND**, **relativa às Contribuições Sociais fornecida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social Seguridade Social**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

**14.3.2.1 DA REGULARIDADE TRABALHISTA:**

1. **Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT** (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011). Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

**14.3.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

1. **Certidão Negativa de Recuperação Judicial** – Lei n° 11.101/05 (falência e concordata) emitida pelo órgão competente, **expedida nos últimos 60 (sessenta) dias caso não conste o prazo de validade.**
2. **Balanço Patrimonial,** referente ao **exercício de 2016**, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado **nos órgãos competentes**, para que o Pregoeiro possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas a mais de um ano) ou Capital Social Integralizado (licitantes constituídas a menos de um ano), de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação.

**14.3.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

1. **Atestados de Capacidade Técnica (declaração ou certidão)**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da empresa LICITANTE em fornecimento pertinente e compatível **EM CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS com o objeto desta licitação, conforme art. 30, II da lei 8.666/93;**
   * + 1. **O atestado emitido por pessoas jurídicas de direito privado deverá conter o nome completo do signatário, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), estando às informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade na fase da licitação;**
       2. **O atestado emitido por pessoas jurídicas de direito público deverá conter o órgão, cargo e matrícula do emitente (Orientação Técnica nº. 001/2017/GAB/SUPEL).**
       3. **A licitante vencedora deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou entidade privada, comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do presente Termo de Referência, contendo no mínimo os seguintes dados: CNPJ; assinatura e identificação do responsável pelo órgão/entidade emitente; período de fornecimento; local do fornecimento; descrição do objeto.**
       4. **O atestado emitido por pessoas jurídicas de direito privado deverá conter o nome completo do signatário, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), bem como reconhecimento em cartório da assinatura aposta, estando às informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade na fase da licitação (Orientação Técnica nº. 001/2017/GAB/SUPEL);**
       5. **Na hipótese da ausência do reconhecimento da assinatura, o Pregoeiro poderá empreender diligência para averiguar a veracidade do documento. (Orientação Técnica nº. 002/2017/GAB/SUPEL).**
2. Declaração da proponente de que prestará **ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA e QUALIFICADA** e que tal assistência atenda eventuais demandas, se necessário, na cidade **PORTO VELHO**, para a instalação, manutenção e atendimento em garantia ou não, do objeto ofertado, bem como endereço atualizado da mesma.
3. **Certidão expedida pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações**, dentro do período devalidade, comprovando que os equipamentos disponibilizados são certificados e homologadospor aquela agência.

**14.4. Caso a licitante esteja com alguma Documentação de Habilitação desatualizada, ou que não contempla no CADASTRO DA SUPEL ou no SICAF, o Pregoeiro convocará a licitante ACEITA para enviar o ANEXO, mencionando os itens a serem cumpridos, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, SOB PENA DE INABILITAÇÃO, EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS E DO PRAZO ESTIPULADO.**

14.4.1. Toda e qualquer informação, referente a convocação do anexo será transmitida pelo Pregoeiro, através do CHAT MENSAGEM, ficando os licitantes obrigados a acessá-lo;

**14.4.2. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRASNET TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO, caso não apresente a documentação em todos os itens, seja para Habilita-lá ou Inabilitá-la.**

**14.4.3. Na hipótese da Empresa convocada pelo Pregoeiro deixar de enviar algum documento de habilitação, será oportunizado uma nova convocação dentro do prazo REMANESCENTE de que trata o subitem 14.4 do Edital.**

**14.4.3.1 O item 14.4.3 não caberá para casos de envio de documentos incorretos e/ou vencidos.**

**14.5.** A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 do Decreto Estadual 21.675/2017, art. 4º;

**14.6.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (Decreto Estadual 21.675/2017, art. 4º);

**14.6.1**. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis (Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014)**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

**14.6.2.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem **14.6.1**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à SUPEL convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura/retirada do Instrumento Contratual, ou revogar a licitação;

*Observação:*

*A Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte estabeleceu a definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte, bem como Lei Complementar n°.139/11, a saber:*

*“Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:*

*I – no caso da microempresa, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e*

*II – no caso da empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).*

*(...)*

*§ 4o Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:*

*I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;*

*II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;*

*III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;*

*IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;*

*V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;*

*VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;*

*VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;*

*VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;*

*IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;*

*X – constituída sob a forma de sociedade por ações.”*

14.7. A documentação de habilitação enviada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, vinculando o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame;

14.8. O Pregoeiro poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

**14.9. O não envio dos anexos ensejará à licitante, as sanções previstas neste Edital e nas normas que regem este Pregão.**

**14.10**. Para fins de habilitação, a verificação pelo Pregoeiro nos sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova;

**14.11. As LICITANTES que apresentarem quaisquer dos documentos em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.**

**14.12.** Se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor, habilitado e a ele adjudicado o objeto do certame;

14.13. Na fase de Habilitação, após ACEITO e comprovada a Documentação de Habilitação, o Pregoeiro HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.

**14.14.** A habilitação da licitante poderá ocorrer em momento ou data posterior a sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará às licitantes através do sistema eletrônico.

**15 – DOS RECURSOS**

**15.1.** Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa licitante como VENCEDORA do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

**15.2**. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

**15.3.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor;

**15.4**. A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico **(campo próprio do sistema Comprasnet), devendo o licitante observar as datas registradas.**

**15.5.** A decisão do Pregoeiro a respeito da apreciação do recurso deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, caso seja mantida a decisão anterior.

**15.6. A decisão do Pregoeiro e da Autoridade Competente será informada em campo próprio do Sistema Eletrônico, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.**

**15.7**. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a **Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará** o resultado da licitação para determinar a contratação.

**15.8**. Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, sito a **Av. Farquar, S/N - Bairro: Pedrinhas - Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2ºAndar em Porto Velho/RO - CEP: 76.801- 470, Telefone: (0XX) 69.3216-5318, de segunda a sexta-feira, das 07h:30min às 13h:30min.**

**15.9. Cabe ainda, recurso contra a decisão de:**

a) Anular ou revogar o Pregão Eletrônico;

b) Determinar a aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Governo do Estado de Rondônia.

15.9.1. Os recursos acima deverão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, e terão efeito suspensivo;

15.9.2. A intimação dos atos referidos no **subitem 15.9, alíneas “a” e “b”**, será feita mediante publicação na imprensa oficial e comunicação direta às licitantes participantes do Pregão Eletrônico, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

15.9.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos;

15.9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, nesse caso, a decisão ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

16 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

16.1. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) item(ns), ADJUDICANDO-O.

16.2. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico **www.comprasnet.gov.br.**, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

16.3. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

16.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

16.5. Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, esse deverá ser submetido à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do Pregoeiro.

##### **17 – DO PAGAMENTO**

17.1. **DO PAGAMENTO:** Ficam aquelas estabelecidas **no item 15 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência**, o qual foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesas do órgão requerente.

17.3. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa.

17.4. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

17.5. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certidão de Regularidade perante a Receita Estadual – SEFIN,   
Certidão de Regularidade dos Débitos Trabalhistas (CNDT), Certidão de Regularidade perante a Receita Municipal, Certidão de Regularidade perante a Receita Federal e da Dívida Ativa da União.

**18 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

18.1. As despesas decorrentes da aquisição dos materiais/bens correrão por conta dos recursos consignados **Fonte de Recurso 100 e 3240, Elemento de Despesa 44.90.52 e 33.90.39, Programa Atividade: 04.122.1015.2087, provenientes do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGENS, INFRASTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DER/RO.**

**19 – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

19.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, será firmado, com a empresa adjudicatária, a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua PUBLICAÇÃO no Diário Oficial do Estado de Rondônia, conforme rege o Decreto nº: 21.587 de 25 de janeiro de 2017.

19.2. Como condição para PUBLICAÇÃO e VIGÊNCIA da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

###### 19.3. Na hipótese de a empresa adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar/retirar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 4º, inciso XVI e XXIII, da Lei nº. 10.520/02, e **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - DER/RO,** convocará outra Licitante classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados o disposto no artigo 7º da mesma lei.

19.4. Como condição para celebração da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

19.5. O fornecimento do objeto será acompanhado e fiscalizado por servidor do **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - DER/RO,** designado como Representante que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas, para fins de pagamento.

19.6. O presente Edital e seus Anexos, bem como a **proposta de preços** da empresa adjudicatária, farão parte integrante da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** a ser firmado, independentemente de transcrição.

20 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**20.1.** **Além daquelas determinadas por** Leis, Decretos, Regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura **CONTRATADA**, também se incluem aquelas estabelecidos **no item 18.1 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência,** o qual foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesa do órgão requerente, se obrigará:

**20.1.1** Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas **no edital e seus anexos;**

**20.1.2 Não utilizar mão-de-obra direta ou indireta de menores, na forma do art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.**

**21 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

21.1. Além daquelas constantes **no item 18.2 e seus subitens no Anexo I -** **Termo de Referência** e aquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a **CONTRATANTE** se obrigará:

1. Fornecer à **CONTRATADA** os dados e os elementos necessários à execução do fornecimento;
2. Efetuar regularmente o pagamento dos materiais fornecidos;
3. Supervisionar, fiscalizar e atestar a execução do fornecimento, objeto desta contratação**;**
4. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, da eventual aplicação de multas previstas no Instrumento Contratual.

**22 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

22.1. Além daquelas constantes no **item 19 e seus subitens do Anexo I -** **Termo de Referência** e aquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a **CONTRATADA estará sujeita a**:

22.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, do art. 87 da Lei 8.666/93;

22.3 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, (Nota de Empenho) dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas, além das previstas no Termo de Referência.

22.4 Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente.

22.5 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

22.6 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**23 – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

23.1. As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução contratual, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

**24 – DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

24.1. De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93.

24.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

24.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

24.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

24.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

24.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

24.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

24.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**25 – DO REGISTRO DE PREÇOS**

25.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

25.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

25.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

25.4. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações e nos artigos 24 e 25 do Decreto Estadual n° 18.340/2013.

**26 - UTILIZAÇÃO DA ATA**

26.1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações do GOVERNO DE RONDONIA, ou qualquer outro Órgão tanta da Esfera Estadual, quanto Municipal, mediante consulta ao órgão gerenciador nos termos da Decreto Estadual 18.340/2013;

**26.1.1. A utilização da ata nos termos do subitem 26.1 somente poderá ser efetivada em conformidade com o disposto no item II do Parecer Prévio 7/2014 – TCE/RO - PLENO.**

26.2. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Estadual.

26.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

26.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

26.5. As adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

26.6. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

**27 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

27.1 A Administração Pública se reserva no direito de:

27.1.1. **Anular a licitação, se houver ilegalidade**, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

27.1.2. Revogar, **se for considerada inoportuna, por interesse da SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO** e **do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - DER/RO,** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, sem que a Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no Decreto Estadual n° 12.205/2006;

27.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

27.3. Ao Pregoeiro ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

27.4. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

27.5. Após apresentação da proposta de preços, não caberá desistência desta, sob pena da licitante sofrer as sanções previstas no art. 7º, da Lei Federal nº. 10.520/2002 c/c as demais normas que regem esta licitação, salvo se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceita pelo Pregoeiro.

27.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - DER/RO.** O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta de preços, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta de preços de preços, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com esta SUPEL/RO e demais cadastros Estaduais, pelo prazo de até 02 (dois) anos, prevista na Lei 8.666/93, sem prejuízo das multas previstas em Edital e nas demais cominações legais.

27.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

27.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão PRESENCIAL.

27.9. **Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, será considerado:**

1. O valor a ser adjudicado (o da proposta) no caso de recusa em assinar a ata de registro; ou
2. O valor registrado na ata, caso a hipótese da penalidade seja após o registro dos preços, desde que não haja justificativas do proponente, ou as mesmas não sejam aceitas pela Administração.

27.10. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse **do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - DER/RO,** a finalidade e a segurança da contratação.

27.11. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

27.12. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

27.13. Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os autos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br)**.,** sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

27.14. Fica assegurado ao **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - DER/RO**, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

27.15. Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

27.16. Aos **CASOS OMISSOS**, serão solucionados diretamente pelo Pregoeiro ou autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes na Lei Federal nº.10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº. 12.205, de 02.06.2006, e subsidiariamente, na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e ainda, Lei complementar nº. 123/06.

27.17. Ficam vedadas a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

27.18. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente através da Internet no site [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br)**.**

27.19. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

27.20. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone/fax (069) 3216-5318, ou na sede **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL/RO.**

# 28 – ANEXOS

28.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

|  |  |
| --- | --- |
| ANEXO I | Termo de Referência; |
| ANEXO II | Quadro Estimativo de Preços |
| ANEXO III | Minuta da Ata de Registro de Preços; |

**29 – DO FORO**

29.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Porto Velho/RO, 21 de agosto de 2017.**

**VALDENIR GONÇALVES JÚNIOR**

**Pregoeiro da Equipe ZETA/SUPEL/RO**

Mat.300055985

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 440/2017/SUPEL/RO

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGENS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - DERRO**

**DEPARTAMENTO: GERÊNCIA DE OPERAÇÕES LOGÍSTICAS - GLOG/DER/RO**

**1. OBJETO:** Registro de Preços para futuras e eventual aquisição com instalação de equipamentos (material permanente) do Sistema de Vídeo monitoramento para o Espaço Alternativo do município de PORTO VELHO/RO.

**2. DA APRESENTAÇÃO:**

A violência no Estado de Rondônia encontra-se em estado preocupante. Com o crescimento populacional desordenado, e principalmente pelos impactos gerados pelas construções de duas Usinas Hidrelétricas no Rio Madeira e o crescimento do Narcotráfico, houve uma evolução do aumento da criminalidade e da violência. Portanto, quaisquer discussões sobre formas de se controlar a criminalidade devem ser abordadas com veemência;

Assim, é necessário que uma política organizacional de segurança, não só repressiva como preventiva, seja implantada com eficácia. A intimidação do ato criminoso se constitui de um recurso valioso à proteção de toda a sociedade, assim como a identificação e punição do infrator. Uma das soluções oferecidas é o Sistema de Video monitoramento, em virtude da sua boa aplicabilidade, principalmente quanto à sua interligação a outras tecnologias consideradas modernas, como reconhecimento facial, integração com dispositivos OCR, entre outros;

Em Rondônia, a SESDEC/RO implantou um Sistema de Video monitoramento desde de 2010 na capital e em outros municípios do interior, como Machadinho do Oeste, Cacoal, Jarú e Projeto de Fronteira implantado nos municípios de Vilhena, Pimenteira, Buritis, Costa Marques, Guajará Mirim e Nova Mamoré, e que vem apresentando bons resultados em combate à criminalidade, contribuindo de forma significativa com a redução de crimes nos municípios implantados do Estado de Rondônia.

**3.DO OBJETIVO:**

* 1. **GERAL**

Fornecer e implantar o Sistema de Video monitoramento no Espaço Alternativo (Sentido Centro-Aeroporto), Localizado na Avenida Jorge Teixeira, no trecho compreendido entre o Hospital de Base e o Aeroporto Internacional Jorge Teixeira de Oliveira, no Município de Porto Velho/RO.

* 1. **ESPECÍFICO**

Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos e softwares devidamente instalados para o Sistema de Video monitoramento no município de Porto Velho, cuja base será na SESDEC/RO, localizada na Av. Jorge Teixeira S/n esquina com Av. dos Imigrantes.

Desenvolver os procedimentos operacionais de utilização do Sistema de Video monitoramento, incluindo o treinamento com operadores que utilização o sistema de vídeo monitoramento.

**4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:** De acordo com as especificações técnicas e quantitativos constantes no **ANEXO I (ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO DE PORTO VELHO/RO),** que é parte integrante deste Termo de Referência**.**

**5. JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE PÚBLICA:**

**5.1. Motivo da contratação:** O DER/RO sendo gestor do Contrato n. 001/14-GJ/DER-RO, o qual estabelece a demanda e responsabilidade do Espaço Alternativo em Porto Velho, necessita proceder a implantação de um sistema de vídeo monitoramento no local a fim de proporcionar maior segurança aos permissionários, usuários e frequentadores.

**5.2. Finalidade do bem:** Garantir a vigilância eletrônica nas áreas que apresentam necessidade de cobertura mais ampla pelas câmeras de monitoramento no Espaço Alternativo. Tal solução visa ampliar o controle e prevenção de crimes na localidade e principalmente garantir maior segurança aos usuários e permissionários.

**5.3.Benefícios diretos e indiretos gerados com a aquisição do bem:** Tal princípio visa a propiciar à Administração uma consecução mais econômica e vantajosa de seus fins, servindo como instrumento de racionalização da atividade administrativa, com redução de custos e otimização da aplicação de recursos.

**5.4.A importância da aquisição do bem para o desenvolvimento do setor ou órgão:** A conclusão dos serviços atribuídos a este Departamento, dinamizando as ações de prevenção e controle da segurança pessoal e patrimonial no Espaço Alternativo, onde o volume de circulação de pessoas é de grande proporção, desta forma visa garantir o acompanhamento contínuo e em tempo real das infrações, irregularidades e delitos cometidos durante todo o período, de forma a proporcionar maior eficiência na segurança aos envolvidos.

**5.5.Justificativa para aquisição do bem neste momento:**

O Projeto de urbanização do Espaço Alternativo pertencente ao programa Canais da Cidadania tem uma grande importância para a população rondoniense contribuindo diretamente na qualidade de vida de seus cidadãos tendo como objetivo a revitalização do espaço transformado em parque linear, com locais para práticas esportivas diversas, lazer e descanso sendo ele concebido para ser o seu melhor e mais importante espaço público, contando com equipamentos como, academias ao ar livre, pista de caminhada, ciclovia, playground, quiosques, estações de descanso, pergolados e uma grande passarela monumental que servirá como um dos atrativos turísticos da cidade de Porto Velho.

Agregando ao acima citado, o projeto de instalação de sistema de videomonitoramento, foi desenvolvido para aprimoramento dos sistemas instalados no país e na observação de exemplos comparados no exterior, em cidades cujo emprego de tecnologias, softwares e operações, revelam que é possível conciliar tecnologia e inteligência aos indicadores de criminalidade e vulnerabilidade, propiciando assim, melhores respostas por meio de eficientes investimentos.

No tocante a iniciativa, justifica-se, pois com o progresso da tecnologia e com o clamor cada vez maior da sociedade por melhores condições de segurança pública, o uso de câmeras de vídeo para monitorar as vias públicas tornou-se uma realidade mundial. Cumpre ressaltar que além do combate à criminalidade e à violência, o uso de câmeras em espaços públicos objetiva ainda otimizar o controle de tráfego de veículos, oportunizar o zelo urbanístico e ampliar a vigilância patrimonial. Com a edição da presente medida, pretende-se ainda disciplinar o tratamento de dados, informações e imagens produzidos pelo sistema de vídeo monitoramento, a fim de que, no âmbito do Município de Porto Velho, tal tratamento seja processado no estrito respeito à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, bem como informado pelos direitos e garantias fundamentais.

A melhoria do Centro de Operações da Polícia Militar, com o vídeo monitoramento, possibilitará a Unidade instalada neste Município o acompanhamento da movimentação de veículos e populares, dotando-a de melhor capacidade operacional e proporcionando ao elemento humano maior satisfação no trabalho, em virtude da ampliação de suas atividades e possibilidade de maior pro atividade de suas ações, influindo diretamente no sentimento de estar cumprindo o seu dever junto à sociedade.

Por meio da presente proposta serão beneficiadas diretamente no município, aproximadamente 511.000 habitantes. Serão também beneficiados, de maneira indireta, todos os demais organismos de segurança pública do município.

A aquisição será realizada em um único lote devido à complexidade da implantação, que exigirá uma coordenação organizada entre os fornecedores. Sem isso, qualquer atraso de uma das partes repercutirá em atrasos das demais. Assim, com o número reduzido de lotes, esperamos reduzir consideravelmente tais riscos.

Os quantitativos de câmeras solicitados têm como base prognósticos das áreas de maior risco de incidência de delitos e das áreas já identificadas e mapeadas pela SESDEC/RO com necessidade de vigilância permanente. Quanto ao Sistema de Video monitoramento projetado, uma vez instalado, poderá armazenar imagens por, no mínimo, dois meses, sem que seja necessário qualquer backup. O Servidor de Imagem, com no mínimo 12TB, está especificado com a possibilidade de expansão da capacidade de processamento.

Os demais quantitativos levam em consideração a quantidade de câmeras que um operador tem condições de monitorar de forma plenamente eficiente. Todos os demais equipamentos foram previstos inicialmente para apenas um operador, com uma estação de monitoramento. Entretanto, percebendo-se a necessidade, será possível aumentar tanto o número de câmeras quanto o número de estações de monitoramento.

**5.6. DA COTA ME/EPP:** Em cumprimento ao disposto no art. 8° do Decreto Estadual 21.675/2017, fica vedado a reserva de 25% (vinte e cinco por cento) a Microempresas -ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, não se aplicando o benefício disposto no caso de o lote previsto neste instrumento possuir valor estimado de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo então procedida a exclusividade prevista no artigo 6º do Decreto; em razão das características dos bens e serviços contratados, que devem ser fornecidos e instalados por um único fornecedor para garantir a compatibilidade e exequibilidade da aquisição do objeto.

**6.DA DESCRIÇÃO BÁSICA DA INFRAESTRUTURA:**

**6.1.**A implantação do sistema terá a seguinte estrutura mínima:

* Instalação, de setes postes, de suporte para fixação, ajuste de inclinação e altura das câmeras;
* As caixas metálicas deverão ser fixadas nos postes e as alturas serão definidas de acordo com a arquitetura local, com as seguintes características mínimas: tipo caixa fechada com borrachas que impeçam a entrada de água e umidade, em cada poste, a qual abrigará equipamentos tais como: nobreak, fonte de alimentação, conexões elétricas (barra de tomadas), protetores de surtos elétricos, etc.;
* A energia elétrica que alimentará o sistema será retirada diretamente dos postes da concessionária de energia elétrica local;
* As redes elétricas das câmeras deverão ser protegidas por disjuntores e protetores devidamente aterrados, ligados na barra de aterramento, dentro da caixa metálica;
* O cabeamento deverá ser totalmente protegido contra atos de vandalismo;
* As câmeras serão conectadas com cabo UTP CAT 6, diretamente aos rádios;
* Os testes necessários para o pleno funcionamento serão acompanhados pelo fiscal de contrato ou comissão designada para esse fim;
* A implantação do sistema será viabilizada através da compra dos equipamentos com especificações mínimas neste Termo de Referência e anexos, para a instalação dos equipamentos e integração das funções do sistema de captação e transmissão.

**7. DA LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS PERTINENTES:**

**7.1.**Deverão atender as legislações tais como: lei nº 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 5.450 de 31/05/2005, Decreto nº 3.931 de 19/09/2001, Lei nº 8.666 de 21/06/1993, LC nº 123/05, Decreto nº 3.555/00 e Decreto nº 6.204/07, Decreto 7.179/10;

**7.2.**As Normas da ABNT, práticas Telebrás, Normas Reguladoras do Ministério do Trabalho, Normas das Associações das Indústrias de Telecomunicações (ANSI/TIA/EIA), abaixo relacionadas, aplicam-se em complemento às especificações deste Termo de Referência, que deverão ser observadas pela CONTRATADA, de forma a estabelecer o melhor grau de qualidade para o sistema implantado;

**7.3.**NR-6 – Equipamento de Proteção Individual;

**7.4.**NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade - Apresentação do novo texto;

**7.5.**ABNT NBR-5419 – Proteção de Edificações Contra Descargas Atmosféricas;

**7.6.**ABNT NBR-5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;

**7.7.**ABNT NBR-14565 – Procedimentos Básicos para Elaboração de Projetos de Cabeamento e Telecomunicações para Rede Interna Estruturada;

**7.8.**ABNT-NBR-6533 – Estabelecimentos dos Efeitos da Corrente Elétrica do Corpo Humano;

**7.9.**Regulamentações da ANSI/TIA/EIA-568-B, ANSI/TIA/EIA-568-A, ANSI/TIA/EIA-568-B, ANSI/TIA/EIA-568-A e outras que couber;

**7.10.**Normas técnicas da Concessionária de Energia Elétrica de Rondônia – Eletrobrás – Distribuição Rondônia;

**7.11.**Normas e regulamentações da ANATEL;

**7.12.**No caso de omissão de normas ou dupla interpretação das relacionadas, será utilizada a norma regulamentadora aplicável e os padrões da Boa Engenharia.

**8. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:** O sistema de Registro de Preços trata-se de um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição para contratações futuras, realizado por meio de uma única licitação, na modalidade Pregão, em que as empresas disponibilizam os bens e serviços a preços e prazos registrados em ata específica e que a aquisição ou contratação é feita quando melhor convier aos órgãos/entidades que integram a Ata. Nesse sentido, o sistema de registro de preços não obriga a sua execução, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

**9. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UND** | **QTDE** |
| **EQUIPAMENTOS (MATERIAL PERMANENTE)** | | | |
| **01** | Rack de piso 36U X 19” X 970mm | UND | 01 |
| **02** | Patch Panel 24 portas | UND | 01 |
| **03** | Switch 24 portas – Layer 2 gerenciável com 04 SFP 10/100/1.000Mbps | UND | 01 |
| **04** | Nobreak 5 KVA ou superior | UND | 01 |
| **05** | Joystick | UND | 01 |
| **06** | Televisor de LED 49” | UND | 01 |
| **07** | Estação de Monitoramento Completa | UND | 01 |
| **08** | Licenças e Softwares | UND | 08 |
| **09** | Servidor de Imagem, mínimo de 12TB | UND | 01 |
| **10** | Nobreak 1,4 KVA | UND | 01 |
| **11** | Conjunto Elétrico Completo | UND | 09 |
| **12** | Camera Speed Dome Full HD | UND | 08 |
| **13** | Kit Rádio Ponto a Ponto Cliente para as Câmeras | UND | 08 |
| **14** | Kit Rádio Multiponto Base para a Torre 360º | UND | 01 |
| **15** | kit Poste 11m instalado | UND | 07 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UND** | **QTDE** |
| **INFRAESTRUTURA DO SISTEMA DE VÍDEOMONITORAMENTO INCLUSAS NA SOLUÇÃO** | | | |
| **16** | Aterramento | SERVIÇO | 01 |
| **17** | Serviços de Instalação/Configuração/Treinamento | SERVIÇO | 01 |
| **18** | Manutenção Preventiva e Corretiva | SERVIÇO | 04 |

**10. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/INSTALAÇÃO:**

**10.1.**Os materiais deverão ser instalados pela contratada, sob supervisão do fiscal de contrato, naquilo que ele for aplicável.

**10.2.**O cronograma poderá ser reajustado pela contratante em caso de atraso na obtenção de alguma licença. Isto, desde que o atraso na concessão das licenças não seja em decorrência de atraso por parte da contratada, como demora na apresentação dos projetos junto aos órgãos competentes.

**10.3.**A contratada deverá considerar a necessidade de ajustes nos materiais, conectores e outros, no que dependerem de junções especiais ou correlatas.

**10.4.**A implantação do sistema de captação e transmissão de imagens deverá ser considerada da seguinte forma: entrega e instalação de todos os materiais fornecidos; e automatização de todos os recursos disponíveis nos equipamentos em conformidade com o seguinte cronograma de execução.

**11. DA ENTREGA:***(Base Legal: art. 40, II e VIII Lei 8.666/93; art. 9º, V, Decreto 5450/05; art. 3º, I Lei 10520/02; art. 8º, II, Decreto 3555/00, Decreto 12205/06; art. 9º § 2º, Decreto Estadual 12234/06; art. 8º, I.).*

**11.1**. **Local/Horário:**O(s) objeto(s) deverá (ao) ser entregue(s) no seguinte endereço: ESPAÇO ALTERNATIVO, Av. Governador Jorge Teixeira, no trecho compreendido entre a Rua Aparício Novaes e Ave. Lauro Sodré, divisa dos bairros Costa e Silva e Nova Esperança, no município de Porto Velho, durante o horário de expediente (07h30mim as 13h30min).

**11.2**. **Prazo/Cronograma de Entrega:** Os materiais/produtos/equipamentos novos todos de primeira linha, bem como os serviços de instalação dos equipamentos e softwares, deverão ser entregues e realizados nos termos abaixo, no prazo de 45 dias corridos após o recebimento da nota de empenho ou contrato:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE UNICO** | | |
| **EVENTO FÍSICO** | **Prazo\*** | **Início** |
| 1. Elaboração de Projeto de fundação e instalação dos postes com aterramento e seu respectivo memorial de cálculo. | 10 | Da Assinatura do contrato |
| 2. Entrega dos materiais e equipamentos. | 30 | Da Assinatura do contrato |
| 3. Coordenação para a instalação dos postes e Instalação dos materiais fornecidos (câmeras, caixas metálicas, infraestrutura etc.). | 5 | Da entrega dos materiais |
| 4. Instalação de todos os acessórios como aterramento, conexão elétrica, energização, etc. | 5 | Da entrega dos materiais |
| 5. Configuração das câmeras e softwares. | 5 | Após realizada a etapa 4 |
| 6. Teste de instalação e funcionamento de todo o Sistema de Videomonitoramento. | 5 | Após realizada a etapa 4 |
| 7. Treinamento dos operadores, supervisores e técnicos. | 5 | Após realizada a etapa 6 |
| PRAZO TOTAL | 45 |  |
| \* Os prazos serão contados em dias corridos. | | |

**12. LOCAL DE UTILIZAÇÃO/DESTINAÇÃO DO BEM:** Os materiais/equipamentos/bens serão para atender a todo o percurso correspondente ao ESPAÇO ALTERNATIVO, Av. Governador Jorge Teixeira, no trecho compreendido entre a Rua Aparício Novaes e Av. Lauro Sodré, divisa dos bairros Costa e Silva e Nova Esperança, no município de Porto Velho/RO.

**13. CONDIÇÕES/RECEBIMENTO:**

**13.1.** O recebimento dos materiais deverá ser efetuado com objetivo de verificar sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos e serão recebidos:

13.1. O recebimento dos materiais deverá ser efetuado com objetivo de verificar sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos e serão recebidos:

a) Provisoriamente, em até 05 (cinco) dias, por comissão designada para esse fim, para verificação da conformidade dos materiais com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da empresa, como marca, fabricante e modelo;

b) Definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação por Comissão de Recebimento, designada pela autoridade competente, de que o material adquirido encontra-se em perfeitas condições de utilização, além de atender às especificações do material contratado.

13.2. O prazo para correção de eventuais falhas na entrega do equipamento será de até 10 (dez) dias corridos. O prazo será contado a partir do acionamento pelo DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGENS, INFRAESTRUTURA e SERVIÇOS PÚBLICOS - DER/RO da falha no sistema. O prazo para recebimento definitivo do material que apresentar falha será o mesmo descrito no item anterior.

13.3. Todos os materiais entregues deverão ser acompanhados de nota fiscal com o nome e caracterização clara e precisa dos produtos. Deverá conter também o número da Nota de Empenho firmada com a Departamento de Estradas, Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos - DER/RO.

**14. DA FISCALIZAÇÃO:**

14.1. A fiscalização no fornecimento dos equipamentos/materiais será exercida por este DER/RO, por intermédio de fiscal/comissão, conforme o art. 67 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

14.2. A CONTRATADA sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da unidade competente do CONTRATANTE.

14.3. A presença da fiscalização do CONTRATANTE não elide e nem diminui a responsabilidade da empresa CONTRATADA.

14.4. De acordo com os termos legais, o objeto desta contratação será recebido e fiscalizado mediante termo circunstanciado e atesto de recebimento na respectiva Nota Fiscal/ Fatura discriminada, em 2 (duas) vias.

14.5. Caso ainda não haja, será designada comissão através de portaria para recebimento do material objeto deste Termo.

**15. DO PAGAMENTO:**

15.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária e depósito em conta bancária informada pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgão fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

15.1.1. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 02 (duas) vias e apresentadas à Contratante para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número do contrato e da conta bancária da Contratada.

15.1.2. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas.

15.2. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

I = (TX/100)/365 I = ...............

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

15.3. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.4. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

15.5. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

**16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

- Fonte de recursos: 100 e 3240

- Programa / atividade: 04.122.1015.2087

- Elemento de despesa: 44.90.52 e 33.90.39

**17. ESTIMATIVA DA DESPESA:** Através de pesquisa de preços a ser realizada pela SUPEL/RO.

**18. DEVERES:**

**18.1. DO CONTRATADO:**

18.1.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nos instrumentos convocatórios.

18.1.2. Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

18.1.3. Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto;

18.1.4. Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes na proposta de preços, no prazo e local indicados na mesma.

18.1.5. Fazer acompanhar, quando da entrega do material, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente aquisição com seus valores correspondentes.

18.1.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta licitação em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da notificação para tal;

18.1.7. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como pelos custos de frete e de tributos, resultantes da execução do contrato;

18.1.8. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao DER ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

18.1.9. Retirar a Nota de Empenho e assinar Termo Contratual ou instrumento equivalente junto ao Contratante no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da convocação.

18.1.10. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

18.1.11. Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da Unidade do município contemplado;

18.1.12. Manter os seus empregados identificados por crachá quando do fornecimento dos materiais à Unidade beneficiada. Deve ainda manter sua equipe técnica sempre provida de EPI’s, ferramental, instrumentos e equipamentos, devidamente aferidos e calibrados, adequados ao trabalho e em perfeitas condições de uso;

18.1.13. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, desde que praticada por seus empregados nas dependências das Unidades do Estado.

18.1.14. Sujeitar-se-á às disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

18.1.15. Comunicar a CONTRATANTE, qualquer anormalidade de caráter urgente, referente ao fornecimento dos materiais;

18.1.16. Responsabilizar-se totalmente e as suas expensas com (impostos, taxas e pessoal) pelo transporte/frete do material até o destino final, bem como, quando apresentar defeitos de qualquer natureza, correrá por conta e risco da CONTRATADA;

18.1.17. Empregar mão de obra qualificada e especializada na execução dos serviços/fornecimento, ficando responsável pelo pagamento de todas as despesas decorrentes das subcontratações efetuadas, notadamente quanto às obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias;

18.1.18. Notificar a CONTRATANTE da ocorrência de qualquer imprevisto que venha causar atrasos ou impedimentos à execução regular dos objetos, justificando o atraso, o que, em hipótese alguma eximirá a CONTRATADA das obrigações assumidas, salvo, caso fortuito ou força maior devidamente caracterizado;

18.1.19. Executar a transferência de conhecimento capacitando os operadores de segurança pública que serão designados para operacionalizar o referido sistema e equipamentos, nos níveis de operação, supervisão e técnico; O treinamento deverá ocorrer em local apropriado disponibilizado pelo Estado e/ou município beneficiado, através de instrutor qualificado, sendo:

18.1.19.1. Nível de Operação: Quantidade máxima de Policiais: 10; Carga horária mínima: 15 horas/aula; Conteúdo programático: Treinamento (teoria e prática) na utilização dos softwares instalados; Noções básicas de operacionalização;

18.1.19.2. Nível de Supervisão: Quantidade máxima de Policiais: 05; Carga horária mínima: 25 horas/aula (contando com a carga horária do nível de operação); Conteúdo programático: Noções globais sobre a operação e instalação do sistema;

18.1.19.3. Nível Técnico: Quantidade mínima de Policiais: 02; Carga horária mínima: 30 horas/aula (contando com a carga horária do nível de operação e supervisão); Conteúdo programático: Estudos de teoria de funcionamento do Sistema; As ações necessárias às manutenções corretivas e preventivas, bem como a periodicidade; Noção global sobre a operação e instalação do sistema; Noções de manutenção primária do sistema.

18.1.20. Executar a completa instalação na Sala de Videomonitoramento dos equipamentos fornecidos; Todos os equipamentos e cabeamentos deverão ser identificados com o mesmo padrão de identificação previsto e adotado na documentação, tudo de acordo com as normas da ABNT e prática Telebrás; As normas da ABNT e práticas Telebrás, em complemento das especificações deste anexo, deverão ser observadas pela empresa CONTRATADA, de forma a estabelecer o melhor grau de qualidade do sistema implantado. No caso de omissão de normas, ou dupla interpretação, será utilizada a prática TELEBRAS aplicável; A Contratada deverá prover todas as fiações e conexões necessárias entre a ERB a SVM, bem como conexões e cabos entre outros materiais para permitir a perfeita operacionalização do sistema e o consequente funcionamento pleno.

18.1.21. Nos pontos de videomonitoramento a Contratada deixará uma espera do ponto de Energia Elétrica (para ligação do ramal da concessionária), no poste, seguindo os padrões de referência, preservando as distâncias máximas dos ramais definidas pela Concessionária de Energia Elétrica local; A solicitação da ativação do ramal de alimentação elétrica da rede para a Concessionária de Energia Elétrica local ficará por conta da CONTRATANTE, com a assessoria técnica da CONTRATADA; O pagamento do consumo de energia elétrica de cada ponto ficará a cargo da CONTRATANTE; A empresa Contratada deverá gerar planilhas e anexar documentos técnicos que comprovem o consumo de energia elétrica de cada equipamento instalado no ponto; A instalação da cordoalha do aterramento deverá passar pelo interior do poste, utilizando eletrodutos do topo até o solo, na chegada da caixa de inspeção; O sistema de aterramento deverá ser único para todos os equipamentos que se interligam direta ou indiretamente a câmera, com resistência máxima de 5 Ohms e baixa impedância e composto por, no mínimo, 02 (duas) hastes de Ø 3/8" de 2,40 m

18.1.22. Executar a ligação entre o ponto de Energia Elétrica da ERB (localizada na Unidade em que será instalada a Sala de Videomonitoramento) e a rede elétrica da Unidade contemplada com a SVM, em distância nunca superior a 30m (trinta metros). Assim, deve ser considerada para fins de cálculos de custos, uma distância máxima de 30m (trinta metros) entre a base da torre (ERB) em que serão instalados os multipontos e o ponto de energia no prédio da Unidade contemplada; A instalação da cordoalha do aterramento deverá passar pelo interior do poste, utilizando eletrodutos do topo até o solo, na chegada da caixa de inspeção; O sistema de aterramento deverá ser único para todos os equipamentos que se interligam direta ou indiretamente as câmaras, com resistência máxima de 5 Ohms e baixa impedância e composto por, no mínimo, 02 (duas) hastes de Ø 3/8" de 2,40.

18.1.23. A contratada deverá, com base na documentação de instalação aprovada pelo órgão competente, providenciar junto aos órgãos envolvidas na realização dos serviços, as licenças necessárias para a execução da obra, sem prejuízos dos prazos constantes do projeto de instalação previamente aprovado e sem ônus para o órgão contratante.

18.1.24. Deverá ser entregue ao fim das instalações o projeto completo e detalhamento dos enlaces com as coordenada geográficas correspondentes;

18.1.25. A empresa vencedora do certame deverá executar a entrega, montagem e instalação de todos os itens do respectivo projeto, incluindo todos os materiais de instalação.

18.1.26. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. (Art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93).

**18.2. DA CONTRATANTE:**

18.2.1. Realizar os pagamentos nos prazos e condições estabelecidos no item 15 deste instrumento;

18.2.2. Prestar informações indispensáveis a regular execução do contrato e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

18.2.3. Realizar a fiscalização e o gerenciamento da entrega do objeto;

18.2.4. Registrar os defeitos, as falhas e as imperfeições detectadas e comunicar à Contratada;

18.2.5. Remeter à Contratada a expedição da Ordem de Fornecimento para que se efetue seu recebimento no prazo estipulado;

18.2.6. Zelar pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

18.2.7. Intermediar a permissão de acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Unidade Policial, quando da entrega e instalação dos materiais;

18.2.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela CONTRATADA, quando necessários ao fornecimento/instalação/treinamento referente ao objeto deste Termo;

18.2.9. Fiscalizar a instalação dos equipamentos notificando a CONTRATADA, por escrito, qualquer irregularidade constatada, solicitando providências para a regularização das mesmas;

18.2.10. Solicitar a substituição dos materiais que apresentarem defeitos de fabricação durante a verificação de conformidade e/ou no decorrer de sua utilização;

18.2.11. Atestar a(s) Nota(s) Fiscal (is) correspondente(s), por intermédio do servidor/comissão designado(a) para esse fim;

18.2.12. Energizar os postes junto a concessionária de energia do município.

**19. SANÇÕES:**

19.1. Pela Inexecução total ou parcial do objeto, o DER-RO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes sanções:

19.1.1. Advertência, que será aplicada por meio de notificação, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

19.1.2. Multa moratória correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso;

19.1.2.1. A multa moratória será aplicada a partir do 1º dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação;

19.1.3. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na assinatura do instrumento contratual ou no recebimento da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Emprenho, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

19.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa injustificada em assinar o contrato, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente (nota de empenho), ou em receber a Ordem de Fornecimento, caso em que será caracterizada a inexecução total do contrato, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

19.1.5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto não entregue, no caso de inexecução parcial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO pela execução parcial do contrato;

19.1.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO;

19.1.7. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto não entregue, pela recusa injustificada na substituição de material defeituoso no prazo estabelecido neste Termo de Referência;

19.1.8. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do produto não entregue, por dia de atraso na substituição do material defeituoso, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será considerada a inexecução parcial do contrato, salvo em caso de justificativa aceita pela administração;

19.2. A multa prevista nos subitens 19.1.2, 19.1.3 e 19.1.8 poderão ser aplicadas isoladas ou em conjunto com as previstas nos subitens 19.1.5 e 19.1.6;

19.3. As multas eventualmente impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos a que fizer jus, acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber do Contratante, ser-lhe-á concedido o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, os dados da Contratada serão encaminhados ao órgão competente para inscrição em dívida ativa.

19.4. O convocado que, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, e será descredenciado do Sistema de Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no presente instrumento e das demais cominações legais.

19.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro estadual de fornecedores impedidos de licitar, e no caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.

**20. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO:** Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos artigos 27 a 31 e 40, inciso VI da Lei 8.666/93, documentação relativa a:

**20.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1. Cédula de identidade;
2. Registro comercial, no caso de empresa individual;
3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
5. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação;
6. Declaração de que se compromete a informar a SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO de sua habilitação, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei 8666/93, observadas as penalidades cabíveis.
7. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, na forma do art. 27, inciso V, da Lei 8666/93, com a redação dada pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

**20.2. REGULARIDADE FISCAL:**

1. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
2. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
3. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto. O licitante deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

1. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
2. Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
3. Certidão de Regularidade de Débito - CND, relativa às Contribuições Sociais fornecida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social Seguridade Social, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

**20.3. REGULARIDADE TRABALHISTA:**

1. Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011). Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

.

**20.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

1. Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei n° 11.101/05 (falência e concordata) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias caso não conste o prazo de validade.

2. Balanço Patrimonial, referente ao exercício de 2016, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes, para que o Pregoeiro possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas a mais de um ano) ou Capital Social Integralizado (licitantes constituídas a menos de um ano), de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação.

**20.5. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

a. Atestados de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da empresa LICITANTE em fornecimento pertinente e compatível EM CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS com o objeto desta licitação, conforme art. 30, II da lei 8.666/93;

20.5.1. O atestado emitido por pessoas jurídicas de direito privado deverá conter o nome completo do signatário, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), estando às informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade na fase da licitação;

b. O licitante deverá comprovar certificação de no mínimo 01(hum) técnico habilitado para operar, configurar e treinar a implantação do software de gerenciamento ofertado em sua proposta e que atenda as exigências técnicas do TR.

c. Declaração de visita (Vistoria prévia) atestando que a empresa vistoriou a área destinada a execução dos serviços e tem conhecimento das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, substituível por declaração de compromisso emitido pela proponente, diante da opção de não realização da vistoria, de que está ciente das condições e de que cumprirá co contrato fidedignamente, assumindo os riscos de desconhecimento das instalações e condições de prestação do serviço, devidamente assinada pelo Representante legal da empresa.

**21. DA VIGÊNCIA:**

**21.1.** O prazo de vigência do Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**22. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**:

**22.1.**Além daqueles elencados no Item 01 objeto deste Termo, fundamentamos a adoção do Sistema de Registro de Preços para esta aquisição no Inciso II do Art. 3º do Decreto nº 18.340 de 06/11/2013 “*quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, objetivando a adequação do estoque mínimo e máximo, ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa”,* pois os serviços registrados serão adquiridos de forma parcelada atendendo as necessidades mais prementes no Espaço Alternativo em Porto Velho, no que diz respeito a vigilância eletrônica.

**22.2.**Este Termo de Referência encontra-se fundamentado com os seguintes dispositivos: artigo 15, inciso II, §§ 1º a 6º da Lei 8.666/1993 e artigo 11 da Lei 10.520/2002.

**23. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:**

**23.1.** A quantidade máxima estimada a ser contratada pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada em quantidades constantes no ANEXO I deste Termo.

**24. DA ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS:**

**24.1.** A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame poderá ser efetivada em conformidade com o disposto no item II do Parecer Prévio 7/2014 – TCE/RO - PLENO.

**25.DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

25.1. Garantia/Assistência Técnica/Manutenção/Validade: (Base Legal: arts. 14, 15 § 7º, I, 38 “caput” e 40, I Lei 8.666/93; art. 3º, II. Lei 10.520/02; art. 9º, inciso I, Decreto 5450/05, Decreto 12205/06; art. 9º § 2º, Decreto Estadual 12234/06; art. 8º, I.).

25.2. Os equipamentos deverão vir acompanhados de manual de instrução e uso em língua Portuguesa;

25.3. Todos os equipamentos, salvo os relacionados nos subitens abaixo, deverão ter garantia mínima de 3 (três) anos contra defeitos de fabricação e desgastes de mecanismos, a contar do recebimento definitivo do objeto, a cargo da CONTRATADA.

25.4. Terão garantia mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação e desgastes de mecanismos, a contar do recebimento definitivo do objeto, a cargo da CONTRATADA, o item:Servidor;

25.5. Substituir o equipamento, desde que comprovada à impossibilidade ou impropriedade da sua utilização sem ônus para a CONTRATANTE, em um prazo de 03 (três) dias úteis;

25.6. Assistência Técnica – Por conta da contratada durante o período de garantia, bem como todos os equipamentos deverão vir acompanhados do termo de Garantia e Assistência Técnica, deverá ter empresa autorizada no Brasil, habilitada, para dar total assistência técnica especializada com tempo de resposta 5 (cinco) dias.

25.7. Manutenção – A cargo da administração do Departamento de Estradas, Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos - DER/RO.após o período de garantia.

**6.DO *SITE SURVEY:***

**26.1.**A CONTRATADA deverá confirmar os dados já levantados neste Termo de Referência e realizar o serviço de SITE SURVEY dos pontos de implantação de rádios e câmeras, incluindo o trabalho de levantamento de campo. A análise se dará na cidade de Porto Velho, onde será instalado o Sistema de Videomonitoramento. Após a assinatura do contrato, A CONTRATADA deverá avaliar os locais previamente definidos para as instalações das câmeras (locais definidos neste Termo de Referência) e elaborar relatório completo com a análise de todas as conexões podendo:

26.1.1. Confirmar os locais previamente definidos (coordenadas especificadas neste Termo de Referência) para instalação de cada câmera; ou

26.1.2. Sugerir um local próximo ao anteriormente definido, em que a conexão com o Ponto Multiponto se mostre mais eficiente;

26.1.3. A CONTRATANTE poderá acatar (ou não) a sugestão, inclusive indicando um novo ponto para análise de instalação da câmera. Após a definição final dos pontos de videomonitoramento, A CONTRATADA deverá elaborar relatório final e completo com a análise de todas as conexões wireless, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) Lista completa de equipamentos necessários para a instalação com quantitativos (equipamentos registrados na presente licitação);

b) Estudo básico da rede de rádios, com detalhamento gráfico em mapas;

c) Fotos das visadas de cada um dos locais de instalação;

d) Cálculo teórico dos enlaces com níveis de sinais esperados para os equipamentos deste termo;

e) Azimutes e elevações para instalação dos rádios;

Deverá, ainda, ser realizada a verificação de todas as interligações necessárias em nível de rádios e de alimentação de energia para os equipamentos, devendo ser entregue junto ao relatório.

**27. DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

**27.1.**Após a assinatura do contrato a CONTRATADA deverá fornecer os seguintes documentos, além de outros já especificados anteriormente ou de praxe:

* Planejamento da implantação do sistema;
* Diagrama de interligação dos equipamentos e partes do sistema;
* Descrição de ligações elétricas;
* Diagrama de ligações físicas de cada equipamento;
* Diagrama de ligação lógica dos equipamentos;
* Diagrama unificares;
* Cálculos de enlaces com desempenho teórico de cada link;
* Localizações georreferenciadas do ponto concentrador e das câmeras;
* Detalhamento do campo de visada de cada câmera;
* Detalhamentos de interligações de caixa metálica, antenas, concentrador, lista de materiais;
* Memorial descritivo e instruções técnicas e outros detalhes;
* Após a aprovação do projeto de execução, a CONTRATADA deverá iniciar os trabalhos de execução em, no máximo, 05 (cinco) dias corridos;
* A CONTRATADA deverá, no final da implantação da infraestrutura apresentar documento de modo a conter todos os detalhes de conteúdo, execução e fazer todas as correções de eventuais mudanças no projeto em forma de “As Built”;

**27.2.**A CONTRATADA deverá criar e manter atualizada documentação das atividades, dos processos: entrega e conferência, testes, homologação, encontros de trabalho, compromissos e prazos, incluindo planos de trabalho, planos de contingência, cronogramas e atas de reuniões, de modo a compor documentação (“as Built”) a ser entregue ao CONTRATANTE no final da implantação.

**28.DA PROPRIEDADE, SIGILO E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES:**

**28.1.**Todas as informações, imagens, aplicativos e documentos que forem manuseados e utilizados, são de propriedade do CONTRATANTE, não podendo ser repassadas, copiadas, alteradas ou absorvidas na relação de bens da empresa CONTRATADA, bem como, de seus executores, sem expressa autorização da autoridade legal competente.

**29. DAS CONSIDERAÇÕES DIVERSAS:**

**29.1.**As atividades de implantação da solução são compostas de planejamento, instalação, configuração, integração, documentação, suporte técnico e logístico e gerência da implantação dos componentes a serem adquiridos.

**29.2.**Por instalação, configuração e integração entendam-se todos os procedimentos relacionados à instalação e configuração física e lógica, parametrizações e testes de quaisquer componentes de hardware e software fornecidos no escopo deste Termo de Referência.

**29.3.**Todos os componentes de hardware e software requeridos para atender às funcionalidades exigidas neste Termo de Referência, serão considerados como parte integrante da solução a ser instalada e deverão ser fornecidos, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

**29.4.**A CONTRATANTE se reserva o direito de redefinir, a qualquer momento da implantação, quaisquer fases, ações e recursos envolvidos, objetivando a garantia de atendimento dos parâmetros de qualidade, segurança, mitigação de riscos e atendimento de prazos, cabendo à CONTRATADA adequar-se às modificações propostas, refazendo atividades e documentação, caso necessário, desde que tais redefinições não extrapolem o escopo dos serviços aqui descritos.

**30. DA PADRONIZAÇÃO:**

**30.1.**Todos os equipamentos e cabeamentos deverão ser identificados, com o mesmo padrão de identificação previsto e adotado na documentação, de acordo com as normas vigentes, para:

**30.1.1.**Serviço de instalação física e lógica das 08 (oito) câmeras PTZ IP FULL HD com suporte e todos os acessórios;

**30.1.2.**Montagem das caixas metálicas nas cenas de uso, organização do cabeamento e demais acessórios;

**30.1.3.**Instalação física e configuração dos equipamentos com sistema operacional e softwares de gerenciamento e armazenamento das imagens;

**30.1.4.**Instalação das câmeras, devem ser instalados com cabeamento CAT6 blindado.

**31. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

**31.1.**Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

**32. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**32.1.**O julgamento da Proposta de Preços será pelo critério Menor Preço por lote, observadas as Especificações Técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

**32.2. Justificativa:**

A Administração pretende realizar licitação para registro de preços por Menor Preço por lote tendo em vista a necessidade de o objeto ser entregue em sua totalidade, a fim de evitar prejuízos no resultado esperado pela Administração.

Cumpre destacar que, o agrupamento em lote único se deu em razão da natureza e características do objeto que possa ser fornecido por um mesmo fornecedor, sendo mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade do objeto, bem como evitar incompatibilidades dos equipamentos fornecidos, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador, trazendo economicidade e vantajosidade no procedimento licitatório.

O critério de julgamento menor preço por lote traz mais eficiência e eficácia no que diz respeito ao momento do fornecimento, tendo em vista este Departamento necessitar que a entrega de todos os itens possam ocorrer de uma só vez sem prejuízo qualquer de atrasos para fornecimento por parte de empresas diversas.

Desta maneira, visualizando o atendimento integral no critério escolhido acima, o fornecimento do material irá ocorrer de uma forma mais segura para que o mesmo possa ser utilizado nos serviços de segurança por videomonitoramento do Espaço Alternativo.

No presente caso, mostra-se a vantajosidade na aquisição do objeto pelo menor preço por lote visando maior nível de controle pela Administração na execução das obras e serviços, maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução do empreendimento em uma só pessoa e concentração da garantia dos resultados.

Desta forma, resta justificada que, a reunião de itens em um mesmo grupo (mesmo que o objeto seja de natureza divisível), não afetará a competitividade, e ainda, não prejudicará a obtenção da proposta mais vantajosa uma vez que, a forma de fornecimento pela empresa vencedora, demonstra maior controle no fornecimento e gerenciamento do objeto.

**33. ANEXOS:**

Anexo I – DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO NA CIDADE DE PORTO VELHO;

Anexo II - MAPA DE LOCALIZAÇÃO (POSICIONAMENTO DAS CÂMERAS NO ESPAÇO ALTERNATIVO);

Anexo III – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO;

Anexo IV – IMAGENS.

Porto Velho/RO, 23 de outubro de 2017.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **SIDNEY BENARROSH DA COSTA**  Gerência de Logística  MAT. 300014966 |  | **ISEQUIEL NEIVA DE CARVALHO**  Presidente do FITHA |

**ANEXO I**

**DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO NA CIDADE DE PORTO VELHO**

O Sistema de Videomonitoramento no ESPAÇO ALTERNATIVO será assim composto:

A sala de controle que abrigará o Sistema de Videomonitoramento na cidade será montada na SESDEC, na Avenida Governador Jorge Teixeira, GETEC/SESDEC, no município de Porto Velho/RO.

As imagens deverão ser migradas para a torre autoportante de 50 m, localizada no local aonde será implantado o sistema de videomonitoramento, conforme coordenadas descrita no quadro 1.

O Sistema de Videomonitoramento instalado ao longo do ESPAÇO ALTERNATIVO, serão monitoradas 08 (oito) câmeras instaladas, conforme está previsto no “*Quadro 1  Distribuição dos Pontos de Videomonitoramento de Porto Velho*”.

**Coordenadas dos Pontos de Videomonitoramento**

**Quadro 1 – Distribuição dos pontos de videomonitoramento do ESPAÇO ALTERNATIVO - Porto Velho.**

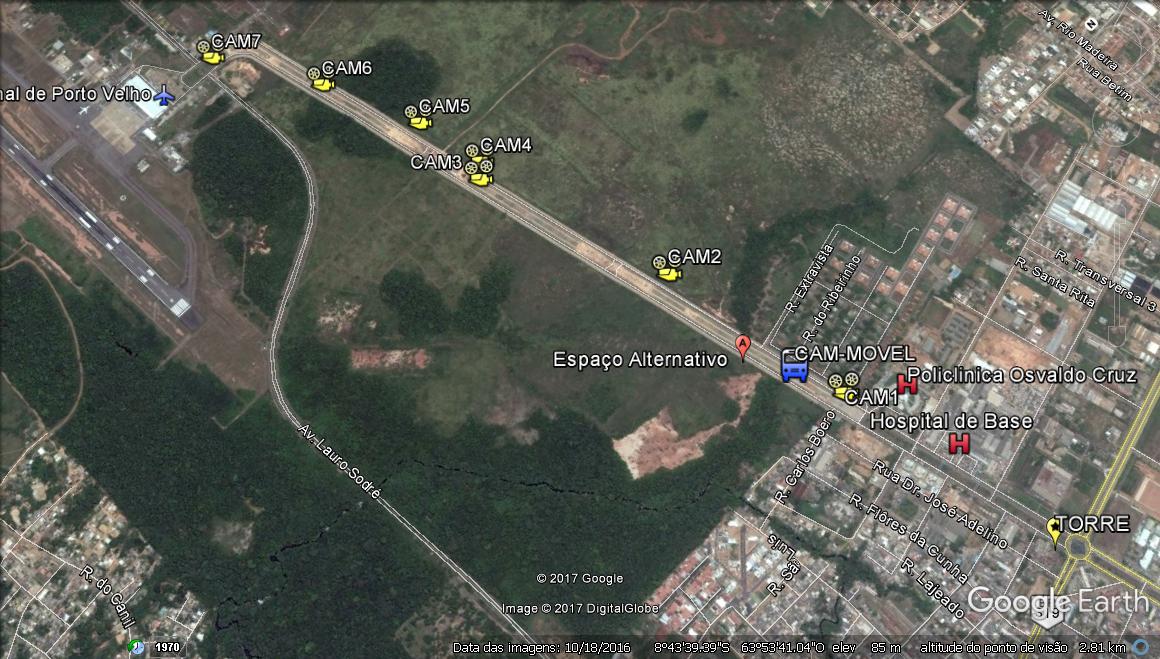
|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **CÂMERAS** | **ENDEREÇO** | **LATITUDE** | **LONGITUDE** |
| **TORRE** | Av. Governador Jorge Teixeira | 8°44'22.18"S | 63°53'25.91"O |
| **CAM01** | Av. Governador Jorge Teixeira | 8°43'4.10"S | 63°53'42.10"O |
| **CAM02** | Av. Governador Jorge Teixeira | 8°42'54.01"S | 63°53'48.02"O |
| **CAM03** | Av. Governador Jorge Teixeira | 8°43'22.60"S | 63°53'38.00"O |
| **CAM04** | Av. Governador Jorge Teixeira | 8°44'1.04"S | 63°53'29.03"O |
| **CAM05** | Av. Governador Jorge Teixeira | 8°43'42.01"S | 63°53'32.08"O |
| **CAM06** | Av. Governador Jorge Teixeira | 8°43'14.02"S | 63°53'38.08"O |
| **CAM07** | Av. Governador Jorge Teixeira | 8°43'21.31"S | 63°53'36.67"O |
| **CAM08** | Câmera Móvel. | | |

OBS: Os pontos de monitoramento estão distribuídos conforme planilha e podem ser visualizados no Mapa de Localização.

**ANEXO II**

**MAPA DE LOCALIZAÇÃO**

**Figura 1 – Posicionamento das Câmeras no Espaço Alternativo**



**ANEXO III**

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO**

I – INFRAESTRUTURA DA SALA DE VIDEOMONITORAMENTO

1. RACK DE PISO (configuração mínima)

36 Us X 19” X 970mm;

Construção: aço, com pintura na cor preta; Com portas laterais lisas edianteira de vidro temperado ou aço perfurado.

Conjunto interno: todos os materiais necessários à instalação, tais como régua de Us, com bandejas e sistema interno para organização e amarração de cabos e fundo com tampa removível para armazenar sobras

Climatização: ventilação forçada com dois ventiladores, Dispositivos internos para encaminhamento de cabos e parafusos e porcas;

Ângulo de 180° na abertura das portas;

Estrutura modular que permite acesso pela frente, trás e laterais;

Bandejas: 03 (três) unidades;

Réguas de tomada: 1(uma) unidade;

Instalado

Garantia mínima: 36 meses.

1. PATCH PANEL

Configuração mínima: 24 portas

CAT5.E

Garantia mínima de 36 meses

1. SWITCH GERENCIÁVEL

24 portas 10/100/1000 fornecido com módulo de gerenciamento;

Layer 2;

12portas SFP 100/1000Mbps;

IGMP snooping (v1/v2/v3);

Static multicast group;

Spanning-Tree, IEEE 802.3az; IEEE 802.1d;

Performance igual ou superior a 40.000pps;

Deve suportar fonte de alimentação redundante;

Instalado e configurado;

Remarcação da prioridade 802.1p e prioridade DSCP

Garantia mínima de 36 meses on-site.

1. NOBREAK 5KVA

5 KVA ou superior;

Tensão de saída senoidal;

Entrada Bivolt 110/220V;

Capacidade mínima de 2.400W;

Saída 115Vac mais ou menos 4%;

Número mínimo de tomadas tripolares na saída: 05 (cinco);

Fusível de segurança;

Frequência: 60Hz;

Borne de conexão para bateria externa;

Estabilizador: com pelo menos 8 faixas de estabilização e proteção contra surtos, ruídos, sobrecargas, curtos-circuitos e descarga total da bateria e transientes;

Fator de potência de saída igual ou superior a 0,8;

Transformador isolador na entrada;

Banco de baterias com autonomia mínima de 60 minutos a plena carga ;

Tipo on-line de dupla conversão;

Sinalizador através de display LCD de nível de bateria, nível de carga, frequência, autonomia e alarmes.

Instalado;

Garantia mínima: 36 meses.

1. JOYSTICK (Mesa Operacional)

Possibilitar a operação de todo o sistema, através de mesa operacional USB do próprio fabricante do software,  sem necessidade de aquisição de licenças. Fornecer manuais em português do Brasil. Esta mesa deve conter minimamente as seguintes funções:

Atalho de câmera, matriz virtual, retroceder estilo de tela, avançar estilo de tela, tela cheia, ocultar barra de ferramentas, atualizar, detecção de movimento, alterar mosaico, foto da tela, eventos, mouse virtual, botão esquerdo do mouse, botão direito do mouse, teclado virtual, abertura de íris, fechamento de íris, foco perto, foco longe, bloqueio ptz, presets, vigilância ptz, ptz virtual, ptz simples, menos zoom, mais zoom, reprodutor de mídia, play & pause, visor para identificação da câmera, Joystick.;

Navegação por objetos, chamada de câmera por atalho, matriz virtual, navegação por estilos de tela, modo tela cheia no objeto, ocultar barra de ferramentas, atualizar cliente de monitoramento, detecção de movimento, alterar mosaico, foto da tela, disparando eventos, mouse virtual, teclado virtual, ajuste de íris, ajuste de foco, ptz, bloqueio ptz, presets, vigilância ptz, ptz virtual, ptz simples.

Iniciar reprodução, seleção de horário, avançar gravação, retroceder gravação, iniciar e pausar reprodução.

O equipamento descrito acima trata-se apenas de um hardware e não deverá existir licença de software para que esta funcione no sistema de monitoramento.

Compatível com o software de monitoramento;

Instalado;

Garantia Mínima de 36 (trinta e seis) meses on-site.

1. TELEVISÃO

Tipo: LED;

Tamanho da tela: 49”, widescreen, com borda máxima de 3.3mm;

Painel: do tipo antirreflexo com revestimento rígido e anti arranhões;

Resolução: 1920 X 1080;

Frequência em Hz: 60Hz;

Brilho: igual ou superior a 500cd/m²;

Contraste mínimo: DFC 200.000:1;

Ângulo de visão: 178°;

Consumo (KW/h): 0,45W;

Conversor Digital Integrado: SIM;

Conexões: HDMI; VGA, D-Sub; porta de rede;

Voltagem: 110/127V;

Cabo HDMI de 05 metros;

Instalada em suporte de parede;

Garantia mínima: 36 meses

1. ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA VIDEOMONITORAMENTO COMPLETA, INSTALADA

MICROCOMPUTADOR DESKTOP (Configuração mínima): 6 (seis) Megabytes de Cache; Clock Mínimo de 2,8 GHz; 2  (dois) slots para memória, permitindo a instalação de 8 (oito) Gigabytes ou mais; Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco rígido; Permitir a inserção de código de identificação do equipamento dentro da própria BIOS (número do patrimônio e número de série); Memória RAM: DDR3-1333MHz ou superior, com no mínimo 8 (oito) Gigabytes;

CONTROLADORA DE VÍDEO -Interface de vídeo dual integrada com Chipset Intel HD com memória de vídeo de no mínimo 1,7 GB com alocação dinâmica de memória (DVMT). Suporte aos padrões VGA, SVGA, XGA, SXGA e QXGA. Resolução suportada de 2048x1536@75Hz (VGA), 2048x1536@60Hz (DVI-D), 1920x1200 (HDMI) e 2560x1600 (DP). Compatibilidade: DiretcX 10.1 ou superior, ShaderModel 2.0, suporte OpenGL 2.0. Windows Vista Aero, MPEG-2 Decoder, AVC/H.264;

INTERFACES:Controladora de Rede com velocidade de 10/100/1000 Mbits/s, padrões Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet, autosense, full-duplex, plug-andplay, configurável totalmente por software, com conector padrão RJ-45 e função wakeon-lan em funcionamento e suporte a múltiplas VLANS (802.1q e 802.1x); Não serão aceitas placas de rede externas ao gabinete; Controladora de som com conectores para entrada e saída com microfone e caixas de som; No mínimo 10 (dez) interfaces USB, sendo no mínimo 4 (quatro) USB 3.0, sem a utilização de hubs ou portas USB instaladas em adaptadores PCI, com possibilidade de desativação das portas através da BIOS do sistema; 1 porta serial e 1 VGA;

DISCO RÍGIDO: Unidade de disco rígido interna com capacidade mínima de armazenamento de 1TB (um Terabytes), interface tipo Serial SATA   e velocidade de rotação de 7.200 RPM ou configuração superior;

MÍDIA:Unidade de mídia óptica de DVD±RW dual-layer interna, compatível com DVD+R (gravação de 16x), DVD-R (gravação de 16x), DVD+RW (gravação de 8x), DVD-RW (gravação de 6x), CD-R (leitura de 40x), CD-RW (gravação de 32x) e DVD (leitura de 16x) ou configuração superior;

Luz indicadora de leitura e botão de ejeção na parte frontal da unidade;

Possuir trava para a mídia para o caso de posicionamento vertical da unidade;

Possuir mecanismo na parte frontal da unidade que possibilite a ejeção de emergência em caso de travamento de mídia óptica na unidade;

FONTE DE ALIMENTAÇÃO: tipo ATX ou BTX para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz, com ajuste automático, suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa principal, interfaces, discos, memórias e demais periféricos) e que implemente PFC (Power FactorCorrection) ativo com eficiência igual ou superior a 80% (PFC 80+);

GABINETE:tipo SFF (SmallFormFactor),; Sistema de monitoramento de temperatura controlada pela BIOS, adequado ao processador, fonte e demais componentes internos ao gabinete. O fluxo do ar interno deve seguir as orientações do fabricante do microprocessador; Botão liga/desliga e indicadores de atividade da unidade de disco rígido e do computador ligado (power-on) na parte frontal do gabinete; Deve permitir a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original; Acabamento interno composto de superfícies não cortantes; O gabinete deverá possuir um conector de encaixe pra o kit de segurança do tipo alça ou parafuso para inserção da trava de segurança sem adaptações; Deverão ser fornecido base ou suporte adequado para a utilização do gabinete na posição vertical (torre); Deve possuir base antiderrapante tanto no gabinete, quanto na base para a torre.

MONITOR DE VÍDEO - 02 (DUAS) UNIDADES: LED, tamanho mínimo de 19” (dezenove polegadas), brilho de 250 cd/m2, relação de contraste estático de 1.000:1, 16,7 Milhões de cores; Resolução mínima de 1440 x 900 pixels para cada monitor que a placa suporte; Conectores de Entrada: 01 (uma) entrada VGA e 01 entrada DVI-D, obrigatoriamente compatível com a interface de vídeo do desktop sem o uso de adaptadores; Controle digital de brilho, contraste, posicionamento vertical e posicionamento horizontal; Regulagem de inclinação e altura; Deverá ser comprovada a adequação a norma ISO/IEC 61000 ou equivalente; Tratamento anti-reflexivo. Não sendo aceita a solução glare (brilhante ou polida) ou adesivos anti-reflexivo; Fonte de Alimentação para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz, com ajuste automático; A garantia do monitor deverá ser a mesma do equipamento, devendo ser ratificada na proposta comercial; Deverá possuir um cabo de conexão VGA, um cabo de conexão DVI ou Displayport e um cabo de alimentação; Os fornecedores (licitantes) deverão prestar as garantias dos monitores de vídeo nos mesmos prazos estipulados para a estação de trabalho propriamente dita, como condição de aprovação das amostras e da adjudicação;

TECLADO: Padrão ATX USB do tipo estendido de 107 teclas, com todos os caracteres da língua portuguesa; Padrão ABNT-2 e conector compatível com a interface para teclado fornecida para o desktop; Teclas Windows logo (acesso ao menu iniciar) e aplicação (acesso ao menu de atalhos: equivalente ao botão direito do mouse); Regulagem de altura e inclinação do teclado;

MOUSE: Tecnologia óptica USB, de conformação ambidestra, com botões esquerdo, direito e central próprio para rolagem; Resolução mínima de 800 (oitocentos) dpi ou superior, conector compatível com a interface para mouse fornecido para o desktop; Deve ser fornecido mouse-pad; Mouse com fio, sem o uso de adaptadores;

SOFTWARES, DOCUMENTAÇÂO E GERENCIAMENTO: Licença por unidade entregue, na modalidade OEM, com todos os recursos para garantir atualizações de segurança gratuitas durante todo o prazo de garantia estabelecida pelo fornecedor de hardware, do sistema operacional Microsoft Windows 8 Professional 64 bits ou versão superior; O sistema operacional deverá ser fornecido no idioma Português BR instalado e em pleno funcionamento, acompanhado de mídias de instalação e recuperação do sistema e de todos os seus drivers, além da documentação técnica em português necessária à instalação e operação do equipamento; Fornecer mídias externas (DVDs) contendo os drivers e o sistema operacional ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados; Deverá possuir, integrado à placa-mãe do computador (on-board), sem adaptações, subsistema de segurança TPM (trustes plataform module) compatível com a norma TPM SpecificationVersion 1.2 especificada pelo TCG (TrustedComputingGroup). Deverá ser fornecido software que permite a implementação desta função. O software de que trata o item anterior deverá operar nos modos cliente e cliente/servidor; Os componentes dos equipamentos deverão ser gerenciáveis remotamente, assumindo-se que possam estar desligados, porém energizados pela rede elétrica e conectados localmente a rede de dados. Serão exigidas, para efeitos de comprovação deste item a gerencia dos seguintes componentes: BIOS, Vídeo, Teclado e Mouse; Possuir a capacidade de inventário remoto de hardware mesmo com o equipamento desligado;

COMPATIBILIDADE:Todos os dispositivos de hardware, além de seus drivers deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais Windows;

OUTROS REQUISITOS: Todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor predominante do gabinete; Deverá ser apresentado prospecto com as características técnicas de todos os componentes do equipamento, como placa principal, processador, memória, interface de rede, fonte de alimentação, disco rígido, unidade leitora de mídia óptica, mouse, teclado e vídeo, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e comprovem as configurações cotadas, possíveis expansões e upgrades, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas em sítios dos fabricantes na Internet, em que constem o respectivo endereço eletrônico. A escolha do material a ser utilizado fica a critério do proponente;

Todos os equipamentos e cabeamentos deverão ser identificados com o mesmo padrão de identificação previsto e adotado na documentação, tudo de acordo com as normas da ABNT.

GARANTIA:A garantia de funcionamento será pelo período de 36 (trinta e seis) meses, ON-SITE contada a partir do recebimento definitivo do equipamento, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

1. LICENÇAS E SOFTWARES DE USO DAS CÂMERAS PARA AS SALAS DE VIDEOMONITORAMENTO

O software deverá ser fornecido, instalado e configurado;

Deverá possibilitar gerenciar todas as funcionalidades do sistema, configurações avançadas e monitorar vídeo de um local remoto centralizado;

Contemplar as licenças necessárias para o funcionamento e gerenciamento de todas as funcionalidades do sistema como servidor, cliente, câmeras, controladores, usuários e demais licenças necessárias, com sistema de segurança digital por imagens, comuns a um Sistema de Videomonitoramento de Segurança Pública, com as funcionalidades/características mínimas a seguir:

Ser instalados e configurados em Hardwares na Sala de Videomonitoramento da (SVM) da SESDEC no município de Porto Velho /RO;

Ter plataforma projetada para gravar, exibir, recuperar, enviar alertas, multiplexar imagens, processar simultaneamente as imagens obtidas em plataforma aberta e flexível;

Permitir visualização de qualquer uma das imagens em tela cheia, sequencial ou a imagem alternada de câmeras previamente selecionadas;

Permitir a criação de diferentes layouts de exibição e grupos de câmeras que serão exibidos;

Permitir visualizar as imagens em um único monitor através da divisão da tela no mínimo doze quadrantes;

Permitir comandar remotamente os movimentos horizontal e vertical (Pan/Tilt) de qualquer uma das câmeras do sistema;

Permitir visualização das imagens das câmeras em monitores ou painéis destinados exclusivamente para visualização das imagens ou nas telas do microcomputador;

Permitir gravação das imagens de todas as câmeras ininterruptamente;

Suportar gravação contínua com armazenamento de imagens localmente e remota;

Operar no padrão Multicast IP, fornecido na íntegra, contemplando desde as licenças de servidor, cliente, câmeras, controladores, usuários e demais licenças necessárias para o devido funcionamento;

Suportar câmeras por tecnologia IP e câmeras por alta definição;

Suportar gravação contínua ou por evento de alarme em unidades de armazenamento de imagem localmente ou remota;

O software de monitoramento deverá tratar, com taxas configuradas diferentes de 1 (um) a 30 (trinta) quadros por segundo (FPS), para a gravação e visualização das imagens;

Suportar a criação de múltiplas zonas de detecção de movimento dentro da área de visualização de cada câmera e sincronizá-las;

Possibilitar exportar vídeos ou fotos em AVI ou JPEG;

Possibilitar a notificação de alarme para um cliente específico;

Suportar compressão de imagens M-JEPG, MPEG4 E H.264;

Possibilitar o envio de alarme no mínimo por meio de e-mail ou SMS;

Cada estação de monitoramento deverá ser configurada com mais de um monitor e cada monitor, permitir a inserção e localização das câmeras e demais informações necessárias;

Possuir notificação de alarmes para os operadores do sistema;

Suportar o controle de sistemas de vídeo wall através da interface do operador;

Possuir banco de dados para gerenciamento de câmeras, usuários, aplicações e módulos inteligentes;

Suportar configuração de imagens por segundo, resolução e qualidade por câmera individualmente;

Possibilitar backup do banco de dados para mídias externas para recuperação em caso de falhas do sistema;

Permitir a alteração de todas as configurações das estações cliente a partir do servidor, local ou remotamente;

Possuir arquitetura cliente / servidor com banco de dados integrado;

Permitir a sincronização de base de dados de usuários, câmeras e demais funções do sistema em tempo real;

Possibilitar a inclusão de módulos inteligentes por demanda;

Permitir a criação de múltiplos usuários/grupos e associar as permissões correspondentes;

Possuir acesso às câmeras e/ou telas virtuais do sistema, com autorização limitada ou negada conforme o nível de autoridade do usuário no momento do acesso ao sistema;

Permitir acesso remoto por software cliente, web browser ou smart fone;

Permitir que o sistema seja protegido por senha, contra tentativas de desligamento e acesso externo do sistema;

Ser compatível com plataforma Windows XP, Windows Server 2003 ou Windows Server 2008 ou superior; possuir suporte a dispositivo de I/O IP;

Possuir SDK para customização e integração com outros sistemas;

Possibilitar que as estações de monitoramento possam receber vídeos de câmeras de diferentes servidores simultaneamente na mesma tela;

Permitir pesquisas e buscas de gravações, sendo necessário controle total sobre o vídeo;

Possibilitar configurações avançadas e monitorar vídeo de um local remoto centralizado;

Possibilitar gerenciar todas as funcionalidades do sistema;

Suportar joystick (compatível com os equipamentos especificados neste Termo de Referência) para gerenciamento PTZ;

Permitir a realização de todas as especificações acima descritas, para, no mínimo 10 (dez) fabricantes de câmeras diferentes;

Possuir licenças para, no mínimo, 08 câmeras para cada cidade contemplada com Sala de Videomonitoramento;

Possuir licenças para, no mínimo, 1 (um) estação de clientes;

Criar log de eventos ou atividades durante cada seção;

Possuir a última versão do sistema operacional Windows Server;

1. SERVIDOR DE IMAGEM (instalado)

UNIDADE CENTRAL DE PROCESSAMENTO (CPU):

Com configuração mínima de 01 (um) processador físico com 04 (quatro) núcleos de processamento, com a seguinte configuração: 04 Core e 04 Threads, ClockSpeed: 2,4GHz com 10 MB de cache e velocidade de barramento QPI Speed: 6.4 GT/s.

PLACA PRINCIPAL E BIOS: O equipamento oferece no mínimo de 02 (duas) interfaces USB 2.0 livres instaladas após configuração completa do equipamento.

A BIOS do equipamento ofertado deve ser desenvolvida pelo fabricante do mesmo, e possibilitar a atualização de forma remotamente através do software de gerenciamento.

A BIOS deverá Possuir e relógio/calendário em memória não volátil e senha de proteção para acesso ao Setup do equipamento para dois níveis.

Fontes de alimentação e ventiladores redundantes “hot-plug” ou “hot-swap”, que mantenham o equipamento em operação integral em caso de falha de uma das fontes.

O equipamento deverá prever expansão externa, para armazenamento, e já vir adequado. (Possuir periféricos como placa HBA e placa de rede 10 Gbe – acompanhar cabos).

MEMÓRIA RAM: Possuir configuração mínima de 32 (Trinta e Dois) GB em módulos de Memória DDR3 (idênticos entre si), com suporte a configuração máxima de memória de 32GB.

ARMAZENAMENTO, CONTROLADORA E HD:Possuir capacidade de armazenamento interno de até 12 TB, com no mínimo 12 (doze) baias para disco rígido SATA/SAS e atender aos seguintes requisitos;

Possuir 04 (quatro) discos “hot-plug” ou “hot-swap” de 03 (Três) TB 7.200 RPM NL SAS 06Gbps já instalado e pré configurado em raid 5, os disco deverão permitir gerenciamento remoto através do software de gerenciamento do mesmo fabricante, com sistema de alertas em caso de possíveis problemas nos discos.

Oferecer suporte a RAID 0, 1, 5, 6, 10 e 50;

O software residente na controladora deverá ser especializado em prover arquivos; Memória “cache” total para escrita e leitura com capacidade mínima de 512Mb;

Deverá possuir recurso que garanta a integridade dos dados de escrita através de bateria de backup com autonomia de no mínimo 48 horas;

Os dados e os níveis de RAID implementados deverão estar distribuídos em todos os discos disponíveis no subsistema de Storage;

Para obter um nível ótimo de desempenho, o Storage deverá suportar a distribuição (via mecanismo de striping). Essa distribuição deverá ser realizada via hardware/firmware do disk ARRAY;

SOFTWARE DE ADMINISTRAÇÃO: O Software deverá permitir a administração centralizada por meio de um console gerencial, a qual deve operar em sistema da família Windows;

Deve ser fornecido Software para o subsistema de discos que permita conexão de um número ilimitado de servidores (sem necessidade de futuros upgrades de software);

Deverá ser capaz de definir os volumes lógicos de armazenamento e especificar quais servidores são autorizados a acessar esses volumes e quais as rotas de acesso;

Possibilitar a rápida restauração do sistema através de scripts e troubleshooting de diagnósticos remotos;

Deverá permitir total e plena disponibilidade das informações armazenadas, mesmo em manutenção técnica, tais como substituição de componentes, “upgrade” de capacidade, alteração de características funcionais ou atualização de microcódigos (firmware);

As licenças do software deverão ser ofertadas na modalidade de licenciamento perpétuo, ou seja, não poderão ser cobrados quaisquer valores adicionais pelo uso do software durante e após o término do contrato;

Deverão ser fornecidas as atualizações durante o período da garantia;

Deverão ser fornecidos todos os materiais e softwares necessários ao seu funcionamento e desempenho das funcionalidades necessárias para a ligação dos servidores de dados e aplicações ao sistema;

Suporte a protocolos CIFS e NFS.

SISTEMA OPERACIONAL: O equipamento proposto será acompanhado de licença para o sistema operacional Windows Storage Server 2010 R2 64 bits ou superior, e o equipamento ofertado tem que ser compatível com o mesmo.

NETWORK: Possuir interfaces de rede 10 Gigabit Ethernet com as características técnicas a seguir relacionadas:

No mínimo 8 (oito) portas SFP+ 10GbE (deverá acompanhar 8 cabo SFP, 8 cabos monomodos e 8 TranceiversMonoModo)

Suportar funcionalidade de HBA iSCSI, com processamento offload e suporte a boot via SAN;

Possuir tecnologia TOE ou LSO/TSO para otimização do processamento TCP/IP;

Suportar MSI-X e RSS para redução de overhead e otimização do uso de CPU;

Compatível com Virtual LANs (IEEE 802.1q), Link aggregationControlProtocol (LACP) e FlowControl (IEEE 802.3x);

Suportar jumbo frame, IPv4 e IPv6;

Suportar VMwareNetQueue e Microsoft VMQ;

Possuir interfaces de rede Gigabit Ethernet com no mínimo 2 (duas) portas RJ-45 1GbE;

Suportar MSI-X e RSS para redução de overhead e otimização do uso de CPU;

Compatível com Virtual LANs (IEEE 802.1q), Link aggregationControlProtocol (LACP) e FlowControl (IEEE 802.3x);

Suportar jumbo frame, IPv4 e IPv6;

Suporte para VMwareNetQueue e Microsoft VMQ;

NÍVEIS DE SERVIÇOS (SLA): O chamando poderá ser aberto por e-mail ou telefone, tendo a contratada até 24 (vinte e quatro) horas para iniciar o atendimento remotamente;

Caso o chamado não seja solucionado remotamente, a contratada terá que enviar um técnico para iniciar o atendimento presencial em até 02 Dias úteis, contatos da hora de abertura do chamado;

Nos casos de atendimento remoto, a contagem das horas de atendimento dar-se-á a partir do efetivo contato para o inicio do atendimento por partes dos técnicos da contratada;

Nos casos de atendimentos presenciais, a contagem das horas de atendimento dar-se-á a partir da chegada efetiva do técnico da contratada para o inicio dos trabalhos no ambiente da contratante;

A contratante tem o direito a abrir chamados de supervisão e atendimentos de garantia por parte do fabricante do hardware constante no escopo desta proposta. Os chamados de supervisão de garantia não serão cobrados e não obedecerão ao SLA aqui estabelecido, por se tratar apenas de um acompanhamento dos serviços prestados pelo fabricante dos produtos;

Os atendimentos remotos ou presenciais, serão realizados nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 8:00 às 13:00;

Nas situações em que o chamado não for solucionado pelo atendimento remoto, o mesmo deverá ser realizado nas instalações da contratante;

Ter disponível site na Internet (informar URL) do fabricante do equipamento com informações para realização de suporte técnico sem nenhum ônus adicional;

Documento do Fabricante direcionado a esta solicitante atestando que garantirá os equipamentos de sua fabricação com suporte técnico on-site com técnicos no local que o equipamento estiver instalado com as respectivas substituições de peças por sua conta, ainda que realizará a instalação em local definido pelo DER, sem qualquer custo adicional ao preço registrado, independente da empresa licitante que realizar a revenda do equipamento. Se o fabricante for à própria empresa licitante, mantém-se a exigência.

OUTROS REQUISITOS: O objeto bem como seus componentes/periféricos, deverá ser original de fábrica, novos (sem uso, reforma ou recondicionamento);

O objeto deverá ser entregue com cabos, adaptadores e conectores necessários ao perfeito funcionamento do mesmo; todos os objetos deverão ser idênticos entre si;

Caso o componente/periférico não se encontre mais disponível no mercado, deve-se observar que o componente/periférico substituto deve ter, no mínimo, a mesma qualidade e especificação técnica do produto fora de linha;

Apresentar prospecto (documentação técnica) com as características técnicas detalhadas do objeto, especificando marca, modelo, código do produto (partnumber) e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas, possíveis expansões e “upgrades”, comprovando-os através de “folders” e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes;

Serão aceitas cópias das especificações obtidas no sitio na internet do fabricante juntamente com o endereço do sitio; informar na proposta marca modelo e código do produto (partnumber) do objeto;

Informar na proposta o sítio do fabricante na internet, onde deverá constar no sítio o objeto proposto, como modelo e código do produto (partnumber), com documentação técnica para constatação;

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: A Solução deve ser fornecida com os componentes necessários para sua completa instalação e o perfeito funcionamento da solução;

A solução deverá ser Instalada e Implementada na instituição por técnico do Fabricante do Equipamento, podendo ser assistências técnicas ou terceirizados devidamente cadastros no fabricante. Deverão ser fornecidos todos os cabos, conectores, ferramentas, etc.

GARANTIA E SUPORTE: O equipamento proposto deverá possuir Garantia do Fabricante do Equipamento de no mínimo 03 (três) anos on-site; O Primeiro Atendimento deverá ser realizado pela Empresa Licitante que deverá ter base local ou subcontratada que deverá apresentar contrato de serviços terceirizados com uma empresa sediada no estado de Rondônia, pelo período da garantia exigida em edital e com firma registrada em cartório. Os serviços serão solicitados mediante a abertura de um chamado efetuado por técnicos da contratante, via chamada telefônica local, a cobrar ou 0800, e-mail, website ou chat do fabricante ou à empresa autorizada (em português – para o horário comercial – horário oficial de Brasília) e constatada a necessidade, a Empresa Licitante deverá providenciar o deslocamento do equipamento, bem como seu retorno ao local de origem e ainda do técnico responsável para solução do problema no local, sem qualquer ônus ao contratante; Deverão ser fornecidas as atualizações corretivas e evolutivas do software durante o período de garantia;

1. NOBREAK 1400VA

Compacto1400VA ou superior;

4 Tomadas 2P+T;

Tensão de entrada Full-range inteligente (modelo full-range);

Tensão de saída 115V, mais ou menos 4%;

1 Bateria selada interna;

Topologia "Interativo Convencional" (conforme NBR 15014:2003);

Auto teste na inicialização;

Alarme sonoro;

Função Blecaute: pode ser ligado na ausência de rede elétrica;

Frequência de amostragem para medida true-RMS: 7680Hz (em rede 60Hz);

Chave liga-desliga embutida e temporizada que impede o desligamento acidental;

Autonomia média de até 30 minutos para consumo de 90W total;

Instalado;

Garantia mínima de 36 meses.

II – INFRAESTRUTURA DOS PONTOS DE MONITORAMENTO

1. CONJUNTO ELÉTRICO INSTALADO (especificação mínima dos equipamentos que integram o “Conjunto Elétrico”)
2. SHELTER (INSTALADO):

Deverão suportar os equipamentos das câmeras em suportes;

Ser instaladas em cada local de instalação de câmera;

Deverá haver perfeito encaixe mecânico entre as peças metálicas dos suportes/postes e caixa, bem como a adequada distribuição dos equipamentos em seu interior;

Ser à prova de vandalismo para acondicionamento dos equipamentos de rádio, nobreaks e outros necessários;

Possuir borracha de vedação com grau de proteção IP 66;

Montagem com fundo interno móvel;

Possuir trilho DIN e disjuntor 16A;

Retangular, em chapa metálica reforçada (mínimo de 3mm) com pintura epóxi de alta resistência;

Dimensões em cm: 50 X 40 X 25 (A X L X P);

Pintura eletrostática, na cor bege;

Porta: na parte frontal, com fechadura e cadeado (25mm);

Venezianas com filtro contra poeira: em dois pontos da porta, na parte de baixo e na parte de cima, tamponadas com tela fina para impedir a entrada de insetos e poeira;

Ventoinha bivolt: fixada na veneziana superior, para sucção do ar quente,composto de 1 (um) cooler para exaustão do ar quente de dentro da caixa, mantendo-a sempre refrigerada com temperatura ideal para funcionamento dos equipamentos;

Sensor de temperatura: com regulador de temperatura e acionamento por relé, da ventoinha;

Devem estar instalados: 04 tomadas fêmeas tripolares 2P+T, disjuntor e protetor de surto para rede elétrica;

Grau de proteção mínima IPX4;

Placa de fixação de equipamentos;

Deverá ser capaz de armazenar o equipamento de proteção da rede elétrica;

Deverá possuir os materiais para a adequação para infraestrutura lógica e elétrica;

Deverá ser fornecido e instalado material para identificação;

Deverá ser instalada com cinta metálica para fixação no poste;

Ser fornecida com filtro de linha e tomada suficiente para atender os equipamentos previstos neste termo de referência;

Garantia mínima: 36 meses.

1. NOBREAK 600VA

Compacto

4 Tomadas 2P+T;

Tensão de entrada Full-range inteligente (modelo full-range);

Tensão de saída 115V, mais ou menos 4%;

Estabilizador de 16 estágios (modelo full-range);

Estabilizador de 8 estágios

Filtro de linha;

01 Bateria selada interna;

Carregador de baterias inteligente;

Circuito desmagnetizador;

Inversor sincronizado com a rede;

Reconhecimento automático de 50Hz ou 60Hz;

Correção da tensão de saída em true-RMS;

Medição da tensão de entrada em true-RMS

Topologia "Interativo Convencional" (conforme NBR 15014:2003);

Auto teste na inicialização;

Alarme sonoro;

Função Blecaute: pode ser ligado na ausência de rede elétrica;

Frequência de amostragem para medida true-RMS: 7680Hz (em rede 60Hz);

Chave liga-desliga embutida e temporizada que impede o desligamento acidental;

Autonomia média de até 30 minutos para consumo de 90W total;

Instalado;

Garantia mínima de 36 meses.

1. PROTETOR CONTRA SURTOS EM LINHA DE ENERGIA

Possuir dimensões pequenas, para uso interno, dentro do Shelter;

Construção tipo disjuntor, com proteção por varistor ou elemento semelhante;

Ligação em paralelo com a linha de energia, instalado antes do nobreak para todas as tensões de entrada;

Máxima tensão de operação contínua: 275 VAC e 350VDC;

Classe I e II;

Tensão residual a 5KA: 0,8KV;

Bornes: para condutores de 4 a 16 mm²;

Grau de proteção: IP 20;

Nível de proteção: 1,3KV para 5 KA;

Instalado;

Garantia mínima: 36 meses.

1. CÂMERA MÓVEL HD  TIPO SPEED DOME IR – 30x

Deve possuir sensor de imagem CCD ou CMOS de varredura progressiva de 1/2.8” com WDR;

Suportar resolução mínima de 2.1MP – 1920 (H) x 1080 (V) ou superior;

Suportar iluminação mínima de 0,05 lux no modo colorido e 0,01 lux no modomonocromático;

Deve possuir iluminação por infravermelho com alcance efetivo mínimo de 190m.

A câmera deve suportar dois fluxos de vídeo, sendo que o principal deve permitir resolução de até 2.1 Mega Pixel (1920 (H) x 1080 (V) a pelo menos 30 FPS (frames por segundo) ou 1080P;

Suportar faixa dinâmica mínima de 50 dB;

Possuir lente com zoom ótico de até 30x (4,5mm a 135mm) e foco automático;

Possuir abertura de F1,6 a F4,4.

Possuir ângulo de visão de mínimo de 3,0° - 64,0°;

Suportar compressões H.264 (MPEG-4 Parte 10/AVC) e Motion JPEG;

Suportar até 30 frames por segundo para todas as resoluções;

Suportar detecção de movimento com sensibilidade e limiar selecionáveis;

Suportar armazenamento interno via cartão SD, micro SD;

Possuir limpador de lente integrado a unidade (wiper).

Possuir aquecedor/desembaçador integrado a unidade ótica.

Suportar em caso de perda de energia a recuperação automática de até 10 minutos de todas asoperações PTZ e ações executadas pela câmera no momento da recuperação da energia.

Suportar controle do obturador eletrônico automático, manual (1/1 a 1/30000 seg.)

Suportar taxas de transmissão de 32Kbps a até 16Mbps.

Suportar controle de íris automático, manual.

Suportar controle de dia/noite automático, manual.

Suportar controle de frequência 50 Hz, 60 Hz.

Suportar equilíbrio branco automático, manual.

Suportar ajuste de compensação de luz de fundo.

Número de tarefas de pelo menos 255.

Suportar entrada/saída de áudio,

Suportar método de compressão de áudio G.711 lei a/u e G726.

Suportar saída de vídeo,

Suportar alarmes por análise de detecção de movimento e obstrução parcial (área selecionável) ou total da imagem da câmera.

Suportar alimentação HiPoE em conformidade com a norma IEEE 802.3at Classe 4 e 24 VCA de forma a permitir flexibilidade de instalação,

Suportar conector de energia de dois pinos à prova d'água

Garantia mínima: 36 meses contra defeitos de fabricação e desgaste de mecanismos.

Assistência Técnica em Rondônia, comprovada.

1. KIT RÁDIO PONTO A PONTO CLIENTE PARA AS CÂMERAS

Configurável nas frequências de: 5.4 Ghz a 5.8 Ghz;

Largura de Canal: 10, 20,40 e 80 MHz;

Processador mínimo de 650MHz

Taxa de dados mínima: 250 Mbps;

Interface de Rádio: Conector Tipo N Fêmea 50 Ohms, caso o equipamento possua saída externa;

Analisador de Espectro;

Potência de ganho mínimo de 18 dBi;

Protetor de surto integrado;

Deverá possuir pelo menos uma interface Gigabit (GEth) ethernet 10/100/1000;

Alimentação bivolt automática: 110/220V;

Suporte mínimo a WLAN

Memória mínima de 96MB DDR2

Suportar resistência vento de 180km/h

Suportar temperatura de 0º a 65º

Deverá possuir Upload/Download de configuração;

Deverá suportar o métodos de segurança ACL e/ou controle MAC;

Deverá permitir de configuração de WLAN;

Suportar humidade operacional de 6 a 90% sem condensação.

O equipamento deverá possuir controle para limitação de multicast e broadcast embutido ou utilizando equipamento externo;

Permitir atualizações do equipamento através de software;

Suportar o protocolo IEC 68-2-6

O equipamento deverá suportar as condições climáticas da Região Norte do Brasil, em qualquer período do ano;

O certificado de homologação da Anatel deverá acompanhar a documentação técnica do equipamento;

Instalada nos pontos definidos neste Termo ou em novos a serem definidos;

Garantia mínima de 36 meses anos on-site.

1. KIT RÁDIO MULTIPONTO

Instalados nos pontos definidos neste Termo;

Configurável, no mínimo, nas frequências: 5.4 Ghz e 5.8 Ghz;

Distância de alcance de conexão de 5Km.

Processador Mínimo de 650Mhz;

Throughput de, no mínimo, 12 (doze) Mbps;

Interface de Radio: Conector Tipo N Fêmea 50 Ohms, caso o equipamento possua saída externa;

Deverá possuir Analisador de Espectro;

Protetor de surto integrado;

Memória mínima de 96MB DDR2;

Suportar temperatura de 0º a 60º C;

Possuir métodos de segurança: controle de mac, filtro IP para gerenciamento;

Deverá suportar alimentação da fonte PoE;

Possuir suporte mínimo a VLAN;

Possuir Upload/Download de configuração;

Permitir configuração automática de canais;

O equipamento deverá possuir controle para limitação de multicast e broadcast embutido ou utilizando equipamento externo;

Deverá permitir atualizações do equipamento através de software;

Deverá ser compatível com o protocolo de comunicação do Access Point ofertado;

O equipamento deverá suportar as condições climáticas da Região Norte do Brasil, em qualquer período do ano;

O certificado de homologação da Anatel deverá acompanhar a documentação técnica do rádio ;

Suportar no mínimo a transmissão a uma taxa líquida de 50Mbps;

Suportar no mínimo 04 (quatro) clientes;

Suportar instalação externamente, incluindo a antena;

Possuir interface Ethernet 100Base-T Full-Duplex;

Alimentação bivolt automática (110-220V);

Ganho mínimo da ordem de 18dBi na faixa de operação;

Suportar o protocolo IEC 68-2-5

Atender conformidade rosh;

Suportar a certificaçãoFCC, IC e CE.

As antenas deverão cobrir um ângulo horizontal de pelo menos 90º; com cobertura de 360º;

A lista de materiais para instalação da Estação de Rádio Base deverá incluir as ferragens para a fixação dos rádios outdoor, das antenas e as barras de fixação de azimute, quando aplicável;

A lista de materiais para instalação da Estação de Rádio Base deverá incluir os cabos e conectores referentes à interligação entre as unidades indoor e a outdoor do rádio, quando aplicável, bem como os cabos e conectores necessários para a interligação da unidade outdoor com a antena, quando aplicável. Considerar o fornecimento de cem metros de cabos, por setor, com os devidos conectores entre a unidade indoor e a unidade outdoor;

O equipamento deverá possuir software que permite a configuração e manutenção do equipamento localmente e remotamente;

A Estação de Rádio Base deve tratar de forma automática e dinâmica a Modulação do Sistema e a Potência de transmissão de para cada estação remota, objetivando a maximização do desempenho do sistema;

O sistema deve poder ser configurado com diferentes divisões de capacidade de tráfegos de upstream e dowstream;

Suportar vente de até 180km/h;

O equipamento deve possuir mecanismo de controle para restrição do raio máximo de cobertura da célula;

Garantia mínima 36 meses on-site.

1. KIT POSTE 11M INSTALADO

Poste instalado com 11m de altura no mínimo, a partir da superfície, fabricado em concreto e no formato cônico, conforme Figura 1 do Anexo II;

A CONTRATANTE deverá executar a limpeza do local de instalação dos postes e fazer os acabamentos necessários, reconstituindo as características anteriores à implantação;

Deve possuir resistência nominal de 300 daN;

Deve possuir em seu corpo, inscrição de forma legível da especificação do poste, data de fabricação e nome do fabricante;

Deve ser dotado de todas as ferragens e eletrodutos para fixação e descida da cordoalha, , aterramento, chegada de energia elétrica;

Deve obedecer aos padrões da ABNT/NBR aplicáveis ao produto, contendo documentação técnica com projeto completo, memorial descritivo, memória de cálculos e desenhos;

Deve conter braço alongador de sustentação para a câmera com 1,5m (no mínimo), conforme Figura 4 do Anexo II, com as seguintes características:

Deverá possuir estrutura metálica revestido com pintura epóxi em forma cilíndrica;

Deverá possuir diâmetro mínimo de 50 mm na parte interna, com parede com espessura de mínima de 4 mm da base até o topo, e mecanismo de giro próximo a base (na parte inferior);

Deverá suportar carga de no mínimo 50 kg;

Deverá atender a arquitetura do local e oco para passagem de cabos;

Deverá suportar ventos locais considerados: rajadas de ate 120 km por hora;

A saída de cabeamento, bem como sua passagem até a câmera e caixa metálica será feita na parte oca do suporte;

Deverá possuir abraçadeira de fixação: chapa com no mínimo 4 mm de espessura, a ser usada para fixação do suporte;

O suporte deverá ser aterrado;

O topo do suporte deverá ser arqueado em 180°;

A base do suporte deverá ser encaixada e instalada, este encaixe deverá ser vedado de tal forma que impeça a entrada de água;

A saída de cabeamento: A saída do cabeamento, bem como sua passagem até a câmera e caixa metálica, será feita na parte oca do suporte;

Abraçadeira de fixação: chapa com no mínimo 4mm de espessura a ser usada para fixação do suporte;

Na extremidade do suporte devera existir um encaixe compatível (luva) com a câmera do tipo dome especificada no padrão do material: Normas da ABNT;

O suporte devera ser pintado com cor a ser definida após a contratação;

Todos os postes deverão ser fornecidos com a infraestrutura descrita abaixo, para recebimento do ramal de energia elétrica, fazendo parte do escopo de fornecimento:

Todas as conexões do aterramento deverão possuir acabamento com conectores apropriados e fixação adequada;

O cabeamento elétrico deverá interligar a caixa de equipamentos com o ponto/circuito de energia compatível mais próximo, após comprovada a compatibilidade do circuito;

O cabeamento deverá ser ligado dentro da caixa de equipamento ao disjuntor (em série com a fase) e ao varistor (em paralelo);

O dimensionamento do cabeamento deverá ser feito em função da distância e da carga, não podendo ser usada bitola de condutores com diâmetro menor que 4 mm²;

O cabeamento usado deverá ser do tipo PP, SINTENAX ou equivalente, com dois condutores encapados, envolvidos por grossa camada de borracha, de modo que seja imunes a água, umidade e intempéries;

A rede elétrica de alimentação dos equipamentos será monofásica, para alimentação em 127V (cento e vinte e sete Volts). Excepcionalmente, quando a infra-estrutura existente na unidade o exigir, a alimentação poderá ser em 220V (duzentos e vinte Volts);

A rede elétrica e lógica deverá seguir o padrão TELEBRÁS, normas da ABNT, regras e recomendações das concessionárias;

Os pontos deverão ter conectores do tipo RJ45 fêmea, para categoria 6, com espelhos e identificação. A rede deverá ser instalada e certificada conforme práticas e normas vigentes;

O projeto de fundação da base dos postes deverá conter plantas e o detalhamento da fundação;

Deverão ser instalados, em cada ponto de captação, 1 (um) poste de concreto, estrutura elétrica interna das caixas elétricas, bem como os acessórios de fixação para o funcionamento da solução em vias públicas nas localidades mencionadas;

Todos os nobreaks deverão ser alimentados pela rede elétrica local e as câmeras e switches, deverão ser alimentadas alimentados a partir do sistema de energia centralizado (Nobreak);

A Contratada deverá fornecer para todos os pontos de instalação, caixa monofásica no padrão da Concessionária de Energia Elétrica local. A Caixa deverá possuir no mínimo as seguintes características: Caixa de medição para medidor monofásico homologada pela Concessionária, tipo ANPH com lente para leitura, instalação a 3,40 m de altura. Medição direta, limitação até 50A , medidor monofásico, disjuntor horizontal, dimensões 330 x 180 x 140 mm;

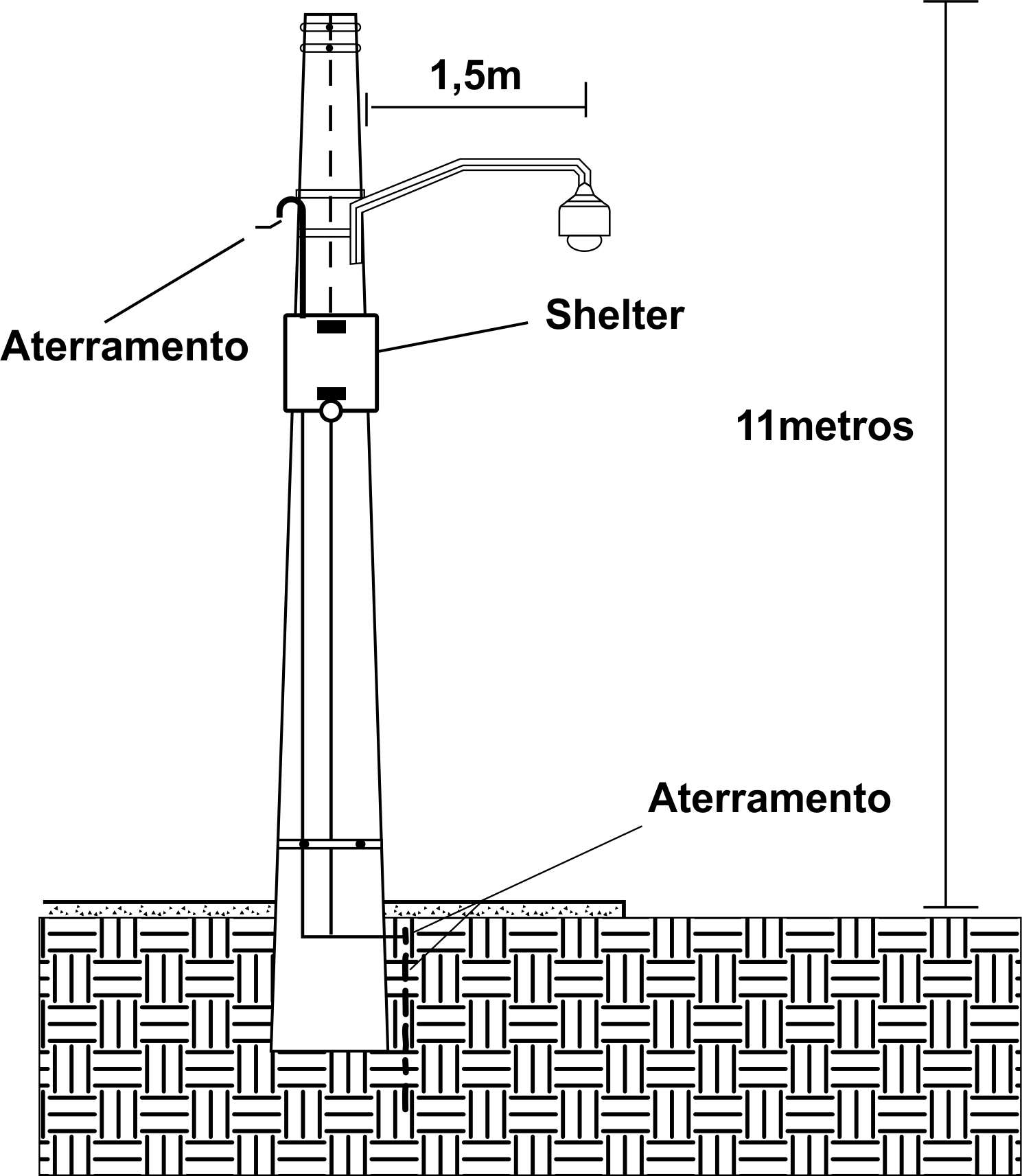
Garantia mínima de 36 meses.

**ANEXO IV**

**IMAGENS**

**POSTE KIT 1 – Figura 1**

(Figura ilustrativa e sem escala)



### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 440/2017/SUPEL/RO

ANEXO II - DO EDITAL

QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| |  | | --- | |  | | ESTADO DE RONDÔNIA | | | | |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Superintendência Estadual de Compras e Licitações | | | | | | |  |  |  |  |  |  |
|  | *GEPEAP – Gerência de Pesquisa e Análise de Preços* | | | | | | |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  | TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I | | |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  | QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS | | |  |  |  |  |  |
| QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS | | | | | | | | | | | | | |
| LOTE I | | | | | | | | | | | | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID | CONSUMO ESTIMADO | ACRONET | EVOLUA | TELCLI | PLENUS | PREÇO MÍNIMO | PREÇO MÉDIO | VALOR TOTAL | Média | Desvio Padrão | Coeficiente de variação |
|
| EQUIPAMENTOS (MATERIAL PERMANENTE) | | | | | | | | | | | | | |
| 1 | Rack de piso 36U X 19” X 970mm | UND | 1 | R$ 3.900,00 | R$ 4.200,00 | R$ 3.600,00 | R$ 3.999,00 | 3.600,00 | 3.924,75 | 3.924,75 | 3.924,75 | 249,90 | 6,37% |
| 2 | Patch Panel 24 portas | UND | 1 | R$ 420,00 | R$ 600,00 | R$ 400,00 | R$ 550,00 | 400,00 | 492,50 | 492,50 | 492,50 | 97,77 | 19,85% |
| 3 | Switch 24 portas – Layer 2 gerenciável com 04 SFP 10/100/1.000Mbps | UND | 1 | R$ 4.900,00 | R$ 4.800,00 | R$ 4.500,00 | R$ 5.500,00 | 4.500,00 | 4.925,00 | 4.925,00 | 4.925,00 | 419,32 | 8,51% |
| 4 | Nobreak 5 KVA ou superior | UND | 1 | R$ 8.000,00 | R$ 8.600,00 | R$ 7.900,00 | R$ 7.800,00 | 7.800,00 | 8.075,00 | 8.075,00 | 8.075,00 | 359,40 | 4,45% |
| 5 | Joystick | UND | 1 | R$ 4.000,00 | R$ 5.200,00 | R$ 3.800,00 | R$ 5.000,00 | 3.800,00 | 4.500,00 | 4.500,00 | 4.500,00 | 702,38 | 15,61% |
| 6 | Televisor de LED 49” | UND | 1 | R$ 2.890,00 | R$ 3.200,00 | R$ 2.750,00 | R$ 3.000,00 | 2.750,00 | 2.960,00 | 2.960,00 | 2.960,00 | 189,91 | 6,42% |
| 7 | Estação de Monitoramento Completa | UND | 1 | R$ 4.600,00 | R$ 5.000,00 | R$ 4.500,00 | R$ 4.590,00 | 4.500,00 | 4.672,50 | 4.672,50 | 4.672,50 | 222,92 | 4,77% |
| 8 | Licenças e Softwares | UND | 8 | R$ 1.000,00 | R$ 1.100,00 | R$ 950,00 | R$ 1.200,00 | 950,00 | 1.062,50 | 8.500,00 | 1.062,50 | 110,87 | 10,43% |
| 9 | Servidor de Imagem, mínimo de 12TB | UND | 1 | R$ 38.000,00 | R$ 37.900,00 | R$ 36.500,00 | R$ 40.000,00 | 36.500,00 | 38.100,00 | 38.100,00 | 38.100,00 | 1.439,91 | 3,78% |
| 10 | Nobreak 1,4 KVA | UND | 1 | R$ 690,00 | R$ 780,00 | R$ 600,00 | R$ 800,00 | 600,00 | 717,50 | 717,50 | 717,50 | 91,79 | 12,79% |
| 11 | Conjunto Elétrico Completo | UND | 9 | R$ 1.200,00 | R$ 1.300,00 | R$ 1.000,00 | R$ 1.400,00 | 1.000,00 | 1.225,00 | 11.025,00 | 1.225,00 | 170,78 | 13,94% |
| 12 | Camera Speed Dome Full HD | UND | 8 | R$ 15.000,00 | R$ 16.000,00 | R$ 13.900,00 | R$ 17.000,00 | 13.900,00 | 15.475,00 | 123.800,00 | 15.475,00 | 1.330,10 | 8,60% |
| 13 | Kit Rádio Ponto a Ponto Cliente para as Câmeras | UND | 8 | R$ 1.000,00 | R$ 1.100,00 | R$ 950,00 | R$ 1.500,00 | 950,00 | 1.137,50 | 9.100,00 | 1.137,50 | 249,58 | 21,94% |
| 14 | Kit Rádio Multiponto Base para a Torre 360º | UND | 1 | R$ 11.000,00 | R$ 11.990,00 | R$ 10.000,00 | R$ 12.550,00 | 10.000,00 | 11.385,00 | 11.385,00 | 11.385,00 | 1.123,94 | 9,87% |
| 15 | kit Poste 11m instalado | UND | 7 | R$ 1.500,00 | R$ 1.590,00 | R$ 1.350,00 | R$ 1.600,00 | 1.350,00 | 1.510,00 | 10.570,00 | 1.510,00 | 115,76 | 7,67% |
| SUBTOTAL | | | | | | | | | | 242.747,25 |  | | |
| INFRAESTRUTURA DO SISTEMA DE VÍDEOMONITORAMENTO INCLUSAS NA SOLUÇÃO | | | | | | | | | | | | | |
| 1 | Aterramento | SERV | 1 | R$ 5.000,00 | R$ 5.500,00 | R$ 4.900,00 | R$ 6.000,00 | 4.900,00 | 5.350,00 | 5.350,00 | 5.350,00 | 506,62 | 9,47% |
| 2 | Serviços de Instalação/Configuração/Treinamento | SERV | 1 | R$ 15.000,00 | R$ 15.500,00 | R$ 14.500,00 | R$ 17.000,00 | 14.500,00 | 15.500,00 | 15.500,00 | 15.500,00 | 1.080,12 | 6,97% |
| 3 | Manutenção Preventiva e Corretiva | SERV | 4 | R$ 12.000,00 | R$ 12.500,00 | R$ 11.000,00 | R$ 14.000,00 | 11.000,00 | 12.375,00 | 49.500,00 | 12.375,00 | 1.250,00 | 10,10% |
|  |  |  |  |  |  |  | SUBTOTAL | | | 70.350,00 |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  | TOTAL | | | 313.097,25 |  |  |  |

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 440/2017/SUPEL/RO**

**ANEXO III - DO EDITAL**

# MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL

**PREGÃO ELETRÔNICO: 440/2017/SUPEL/RO**

**PROCESSO: Nº 0009.002063/2017-77/DER/RO**

**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES** contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia.

Pelo presente instrumento, o Estado de Rondônia, através da SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES – SUPEL situada à **Av. Farquar, S/N - Bairro: Pedrinhas - Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2ºAndar em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470, Telefone: (0XX) 69.3216-5318**, neste ato representado pelo **Superintendente da SUPEL**, Senhor Márcio Rogério Gabriel e a empresa qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem **REGISTRAR O PREÇO,** nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei Estadual nº 2.414/2011, Decreto Estadual nº 18.340/13 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

**1.** **Registro de Preços para futuras e eventual aquisição com instalação de equipamentos (material permanente) do Sistema de Vídeo monitoramento para o Espaço Alternativo do município de PORTO VELHO/RO.**

**2. DA VIGÊNCIA**

2.1. O presente Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**2.1.1. Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal 8.666/93.**

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele decorrente (Decreto Estadual 18.340/13 art. 5º, incisos VII e VIII). No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no Anexo I deste instrumento.

5.PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

* 1. Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante no **prazo de até 05 (cinco) dias**, contados da convocação;
  2. Iniciar o fornecimento do objeto dessa Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.
  3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto e/ou serviço desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a vigência da ata ou contrato, de acordo com as necessidades dos órgãos requerentes, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

1. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/INSTALAÇÃO, DA ENTREGA, DO LOCAL/HORARIO, DO PRAZO/CRONOGRAMA DE ENTREGA, DO LOCAL DE UTILIZAÇÃO/DESTINAÇÃO DO BEM, DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO, DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, e demais obrigações, ficam aqueles estabelecidos no Anexo I – Termo de Referência.

6.1. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/INSTALAÇÃO: Ficam aqueles estabelecidos no item 10 do Anexo I – Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

6.2. DA ENTREGA: Ficam aqueles estabelecidos no item 11 do Anexo I – Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

6.3. DO LOCA/HORÁRIO: Ficam aqueles estabelecidos no item 11.1 do Anexo I – Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

6.4. DO PRAZO/CRONOGRAMA DE ENTREGA: Ficam aqueles estabelecidos no item 11.2 do Anexo I – Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

6.5. LOCAL DE UTILIZAÇÃO/DESTINAÇÃO DO BEM: Ficam aqueles estabelecidos no item 12 do Anexo I – Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

6.6. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado.

6.6.1. Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal 8.666/93.

6.7. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO: Ficam aqueles estabelecidos no item 13 Anexo I – Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

###### Além daquelas estabelecidas **no item 15 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência,** as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesas do órgão requerente.

* 1. A empresa detentora da Ata apresentará a Gerência Financeira do Órgão requisitante a nota fiscal **referente ao fornecimento efetuado**.
  2. O respectivo Órgão terá o prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar da apresentação da nota fiscal para **aceitá-la ou rejeitá-la**.
  3. A nota fiscal **não aprovada será devolvida à empresa** detentora da Ata **para as necessárias correções**, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.2. a partir da data de sua reapresentação.
  4. A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.

* 1. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.
  2. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certidão de Regularidade perante a Receita Estadual – SEFIN,   
     Certidão de Regularidade dos Débitos Trabalhistas (CNDT), Certidão de Regularidade perante a Receita Municipal, Certidão de Regularidade perante a Receita Federal e da Dívida Ativa da União.

1. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
   1. As despesas decorrentes da aquisição dos materiais/bens correrão por conta dos recursos consignados **Fonte de Recurso 100 e 3240, Elemento de Despesa 44.90.52 e 33.90.39, Programa Atividade 04.122.1015.2087, provenientes do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGENS, INFRASTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DER/RO**
   2. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no artigo 62 da Lei 8.666/93.
2. **DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**
   1. Além daquelas constantes no **item 19 e seus subitens** do **Anexo I -** **Termo de Referência** e aquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a **CONTRATADA estará sujeita a**:
   2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, do art. 87 da Lei 8.666/93;
   3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, (Nota de Empenho) dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas, além das previstas no Termo de Referência.
   4. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.
   5. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Estado de Rondônia e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Estado de Rondônia, conforme período determinado na Lei 8.666/93 e 10.520/00, de acordo com a modalidade de licitação.
   6. As penalidades previstas neste item têm caráter de **sanção administrativa**, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Estado de Rondônia.
   7. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.
   8. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da **comunicação do ocorrido ao Ministério Público**, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:
      1. Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;
      2. Cancelamento do preço registrado**,** procedendo-se à paralisação do fornecimento.
   9. **O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública, nos termos do Artigo 24 e 25 do Decreto 18.340/13, quando:**
      1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços.
      2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
      3. A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;
      4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;
      5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 87 da Lei 8.666/93 ou no artigo 7º da Lei 10.520/02.
      6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.
      7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos subitens 9.9.1, 9.9.2, 9.9.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
      8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos subitens 9.9.1 e 9.9.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
      9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
         1. Por razões de interesse público ou
         2. A pedido do fornecedor.
      10. O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração de pleno direito, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o direito ao contraditório e a ampla defesa, quando a detentora:
          1. Descumprir as condições da Ata de registro de Preços;
          2. Quando a contratada der causa a inexecução parcial ou total do objeto, a Administração se reserva no direito de contratar, de imediato, a próxima empresa que tenha seus preços cadastrados na Ata de Registro de Preços.
   10. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.
3. **UTILIZAÇÃO DA ATA** 
   1. Nos termos do Artigo 26 do Decreto Estadual 18.340/13, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
      1. **A utilização da ata nos termos do subitem 10.1 somente poderá ser efetivada em conformidade com o disposto no item II do Parecer Prévio 7/2014 – TCE/RO - PLENO.**
   2. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Estadual.
   3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
   4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
   5. As adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
   6. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

**11 - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93.

11.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes;

11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO:

* 1. **Além daquelas determinadas** nas Leis, Decretos, Regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura **CONTRATADA**, também se incluem os dispositivos estabelecidos **no item 18.1 e suas alíneas do Anexo I – Termo de Referência**, os quais foram devidamente aprovados pelo ordenador de despesa do órgão requerente, se obrigará:

12.2. Comunicar a **CONTRATANTE,** verbalmente no **prazo de 12 (doze) horas** e, por escrito, **no prazo de 48 (quarenta e oito) horas**, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam mesmo temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidade relativos à execução do Instrumento Contratual, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou de por força maior;

* 1. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na ATA;
  2. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
  3. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
  4. Comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
  5. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
  6. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Administração Pública.
  7. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
  8. Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofre em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
  9. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do Edital correrão por conta exclusiva da contratada.
  10. **Não utilizar mão de obra direta ou indireta de menores, na forma do art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.**

1. **DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES:**

**13.1. Além daquelas determinadas** nas Leis, Decretos, Regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura **CONTRATANTE**, também se incluem os dispositivos estabelecidos **no item 18.2 e subitens do Anexo I – Termo de Referência**, os quais foram devidamente aprovados pelo ordenador de despesa do órgão requerente, se obrigará:

13.2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

13.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

13.4. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

13.5. Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços

13.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

13.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

* 1. Fornecer à **CONTRATADA** os dados e os elementos necessários à execução do fornecimento;
  2. Supervisionar, fiscalizar e atestar a execução do fornecimento, objeto desta contratação**;**

14. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

14.1. É participante desta ata o seguinte órgão pertencente à Administração Pública do Estado de Rondônia:DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGENS, INFRASTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DER/RO.

**15. DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

15.2. Fica a Detentora ciente que a Publicação na Imprensa Oficial desta Ata implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

15.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

15.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

**16. DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos à Luz da Lei Federal nº. 8.666/93 dos princípios gerais do direito e demais legislação aplicada, conforme Art. 55 Inciso XII.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

**ÓRGÃO GERENCIADOR:**

**EMPRESAS DETENTORAS:**